

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2021/2022**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**AS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS FACE ÀS CARACTERÍSTICAS
DAS GUERRAS DE QUARTA GERAÇÃO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Jorge Filipe da Silva Ferreira
CORONEL DE CAVALARIA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**AS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS FACE ÀS CARACTERÍSTICAS DAS
GUERRAS DE QUARTA GERAÇÃO**

Cor Cav Jorge Filipe da Silva Ferreira

Trabalho de Investigação Individual

Pedrouços 2022



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

AS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS FACE ÀS
CARACTERÍSTICAS DAS GUERRAS DE QUARTA
GERAÇÃO

COR CAV JORGE FILIPE DA SILVA FERREIRA

Trabalho de Investigação Individual

Orientador: Capitão-de-mar-e-guerra (RES) João Afonso Marques Coelho Gil

Oficial Apoiente de MIC: Capitão-de-fragata Brandão Marques

Pedrouços 2022



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Jorge Filipe da Silva Ferreira**, declaro por minha honra que o documento intitulado **As forças nacionais destacadas face às características das guerras de quarta geração** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial General 2021/2022** no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **05 de maio de 2022**

Jorge Filipe da Silva Ferreira
Assinatura



Agradecimentos

Os primeiros agradecimentos são dirigidos ao meu orientador, CMG (RES) João Afonso Marques Coelho Gil, pela permanente disponibilidade, apoio na conceção e desenvolvimento do trabalho de investigação individual e pelas oportunas sugestões e contribuições.

Ao CFR Brandão Marques pelos seus contributos e sugestões, no âmbito da metodologia de investigação científica, que muito ajudaram na conceção e elaboração da investigação.

Aos camaradas auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2021-2022, pela camaradagem e partilha de conhecimentos ao longo do curso.

À minha família, pela sua disponibilidade, compreensão e incondicional apoio com que sempre posso contar.

A todos o meu obrigado.



Índice

1.	Introdução.....	1
2.	Enquadramento conceptual e percurso metodológico.....	4
2.1	Base conceptual.....	4
2.1.1	Emprego de Forças Nacionais Destacadas.....	4
2.1.2	O Fenómeno da Guerra.....	6
2.1.3	A conflitualidade contemporânea.....	7
2.1.4	As gerações da guerra.....	9
2.1.5	Características das guerras de quarta geração.....	9
2.1.6	Críticas ao conceito de guerras de quarta geração.....	10
2.2	Percurso metodológico.....	11
2.2.1	Modelo de Análise.....	11
2.2.2	Metodologia.....	11
2.2.3	Método.....	12
3.	Análise dos conflitos militares seleccionados.....	13
3.1	Conflito do Kosovo.....	13
3.1.1	Análise	13
3.2.	Conflito do Afeganistão.....	14
3.2.1	Análise	15
3.3	Conflito da República Centro Africana.....	16
3.3.1	Análise	16
3.4	Síntese Conclusiva	17
4.	A participação de Portugal nos conflitos seleccionados.....	19
4.1	A participação portuguesa no Kosovo.....	19
4.1.1	Observações, Lições e Boas Práticas.....	19
4.2.	A participação portuguesa no Afeganistão.....	22
4.2.1.	Observações, Lições e Boas Práticas.....	22
4.3.	A participação portuguesa na República Centro-Africana.....	24
4.3.1.	Observações, Lições e Boas Práticas.....	25
4.3.2.	Recomendações já implementadas na RCA.....	27
4.4.	Síntese Conclusiva.....	27
5.	A participação de outras forças nos conflitos seleccionados.....	30
5.1.	A experiência da NATO no Kosovo.....	30



5.2.	A Experiência da NATO no Afeganistão.....	30
5.2.1.	Algumas Lições Aprendidas na ISAF.....	31
5.2.2.	Algumas Lições Aprendidas pelo contingente francês.....	32
5.3.	A experiência francesa na República Centro-Africana.....	33
5.3.1.	Observações da <i>Operation Sangaris</i>	33
5.4.	Síntese Conclusiva.....	34
6.	Conclusões.....	35
	Referências Bibliográficas.....	39

Índice de Apêndices

Apêndice A —	Corpo de Conceitos.....	Apd A-1
Apêndice B —	Processo de Lições Aprendidas do Exército.....	Apd B-1
Apêndice C —	As Gerações da Guerra.....	Apd C-1
Apêndice D —	Análise dos TO do Kosovo, Afeganistão e RCA.....	Apd D-1
Apêndice E —	Observações, Lições e Boas Práticas.....	Apd E-1

Índice de Figuras

Figura 1 -	Ciclo de Preparação de uma FND	5
Figura 2 -	Processo de Lições Aprendidas do Exército	6
Figura 3 -	Transformação da Guerra.....	7
Figura 4 –	Modelo de Análise	11
Figura 5 –	Cronograma do empenhamento das FND	19
Figura 6 -	Análise das OLBP da FND/Kosovo	21
Figura 7 -	Análise das OLBP da FND/Afeganistão.....	24
Figura 8 -	Organograma da FND.....	25
Figura 9 –	Análise das OLBP da FND/RCA.....	26
Figura 10 -	Fluxograma LA.....	Apd B-1
Figura 11 -	Relação entre atores no conflito do Kosovo.....	Apd D-1
Figura 12 -	Fluxo de Refugiados do Kosovo	Apd D-3
Figura 13 -	Relação entre atores no conflito do Afeganistão	Apd D-4
Figura 14 –	Relação entre atores no conflito da RCA	Apd D-6



Índice de Tabelas

Tabela 1 – Objetivos dos principais atores no conflito do Kosovo	Apd D-1
Tabela 2 - Objetivos dos principais atores no Afeganistão	Apd D-4
Tabela 3 - Objetivos dos principais atores na RCA.....	Apd D-7

Índice de Quadros

Quadro 1 - Modelo para análise dos conflitos selecionados	13
Quadro 2 - Análise do conflito do Kosovo	14
Quadro 3 – Análise do conflito do Afeganistão	16
Quadro 4 - Análise do conflito da RCA.....	17
Quadro 5 - Características das G4G identificadas	18
Quadro 6 - OLBP do TO do Kosovo	20
Quadro 7 - OLBP do TO do Afeganistão.....	23
Quadro 8 - OLBP do TO da RCA.....	26
Quadro 9 - Recomendações para o aprontamento e emprego de FND.....	37
Quadro 10 - Outras recomendações	38
Quadro 11 - Observações, Lições Identificadas e Lições Aprendidas.....	Apd E-1
Quadro 12 - Categorização por vetores de capacidades	Apd E-1
Quadro 13 - Lições Aprendidas	Apd E-2
Quadro 14 - OLBP da FND KFOR	Apd E-2
Quadro 15 - OLBP da retração do Kosovo	Apd E-3
Quadro 16 - OLBP do TO do Afeganistão.....	Apd E-3
Quadro 17 - OLBP do TO da RCA.....	Apd E-4
Quadro 18 - Análise das OLBP das FND nos três TO	Apd E-4

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Registos da FND/Kosovo	20
Gráfico 2 - Registos da FND/Afeganistão	23
Gráfico 3 - Registos da FND/RCA	25
Gráfico 4 - OLBP dos três TO.....	Apd E-5



Resumo

A guerra é um assunto de importância vital para os Estados, sendo imprescindível um estudo profundo e contínuo, num esforço de compreensão da forma como os conflitos se desenrolam na atualidade para que as forças se possam adaptar e empregar as capacidades mais adequadas, de acordo com as ameaças e riscos que enfrentam.

Os conflitos da atualidade têm mostrado grande complexidade, apresentando características distintivas dos conflitos convencionais entre estados, o que tem originado o aparecimento de diversas denominações: novas guerras, revolução nos assuntos militares, guerras híbridas ou guerras de quarta geração, entre tantas outras.

Portugal tem participado em missões militares internacionais de paz através da projeção de forças nacionais destacadas, contribuindo para a segurança internacional. É nas forças nacionais destacadas que encontramos o objeto do presente trabalho.

Neste trabalho partiu-se da análise documental para, através do estudo de caso comparativo do empenhamento de forças nacionais destacadas em três teatros de operações, aprofundar o conhecimento sobre as características das guerras de quarta geração. Seguidamente, efetuou-se a análise das observações, lições e boas práticas recolhidas nesses teatros de operações e identificaram-se recomendações que se podem constituir como melhorias do desempenho das forças nacionais destacadas em participações futuras em missões internacionais.

Palavras-chave: Forças nacionais destacadas, guerra, guerras de quarta geração, lições aprendidas.



Abstract

War is a topic of vital importance for states, a thorough and continuous study is essential to understand how conflicts are currently unfolding so that forces can adapt and employ the most appropriate capabilities, according to the threats and risks they face.

Today's conflicts have shown great complexity, presenting distinctive characteristics of conventional conflicts between states, which has led to the appearance of several denominations such as: new wars, revolution in military affairs, hybrid wars or fourth-generation warfare, among others.

Portugal has participated in international military peace missions through the projection of deployed national forces, contributing to international security. The object of this work is the deployed national forces.

This work started with a documentary analysis to improve the knowledge of the characteristics of fourth-generation warfare, through the comparative case study of the commitment of deployed national forces in three theaters of operations. Then, the observations, lessons and best practices collected in these theatres of operations were carried out and we identified recommendations that may constitute improvements in the performance of deployed national forces in future participations in international missions.

Keywords: *Deployed national forces, war, fourth-generation warfare, lessons learned.*



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ANSF	<i>Afghan National Security Forces</i> (Forças de Segurança Nacionais Afegãs)
ATA	Autoridade Transitória Afegã (<i>Afghan Interim Authority</i>)
BD	Base de Dados
CCEM	Conselho de Chefes de Estado-Maior
CPOG	Curso de Promoção a Oficial-General
CRC	<i>Crowd and Riot Control</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DOTMLPII	Doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade
EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FACA	Forças Armadas da República Centro-Africana
FFAA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
G4G	Guerras de quarta geração
GA	Grupo(s) Armado(s)
HRW	<i>Human Rights Watch</i>
IICK	<i>Independent International Commission on Kosovo</i>
IPIS	<i>International Peace Information Service</i>
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
KFOR	Kosovo Force
KTM	<i>KFOR Tactical Reserve Maneuver Battalion</i> (Reserva Tática do Comandante da KFOR)
LA/LL	Lições Aprendidas/ <i>Lessons Learned</i>
LDK	Liga Democrática do Kosovo
LI	Lições Identificadas
LPK	Liga Popular do Kosovo
MUP	<i>Ministarstvo Unutrasnjih Poslova</i> (Ministério da Administração Interna Jugoslavo)



NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
OCS	Órgãos de Comunicação Social
ODCR	Observação, Discussão, Conclusão, Recomendação
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OLBP	Observações, Lições e Boas Práticas
OMLT	<i>Operational, Mentoring and Liaison Teams</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QRF	<i>Quick Reaction Forces</i>
RAM	Revolução nos Assuntos Militares (<i>Revolution in Military Affairs</i>)
RCA	República Centro-Africana
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RFM	Relatório de Fim de Missão
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i> (Equipa de Controlo Aéreo Tático)
TII	Trabalho de Investigação Individual
TO	Teatro de Operações
UAV	<i>Unmanned Aerial Vehicle</i> (veículo aéreo não tripulado)
UÇK	<i>Ushtria Çlirimtare e Kosovës</i> (Exército de Libertação do Kosovo)
UEB	Unidade de Escalão Batalhão
UEC	Unidade de Escalão Companhia
UNMIK	United Nations Mission in Kosovo
VJ	<i>Vojska Jugoslavije</i> (Exército Jugoslavo)



1. Introdução

Este trabalho de investigação individual (TII) tem o propósito de analisar a participação de Forças Nacionais Destacadas (FND) em Teatros de Operações (TO) onde se podem identificar as características das Guerras de Quarta Geração (G4G).

Sendo um fenómeno global, a guerra desafia todos os aspetos das sociedades onde ocorre, pelo que o seu estudo é imprescindível para responder a um conjunto de perguntas complexas, entre as quais a caracterização da guerra na atualidade (Garcia, 2010, p. 19). As guerras mais recentes apresentam características muito peculiares, o que tem levado militares e académicos a caracterizá-las através da utilização de expressões tradicionais bem como de novas denominações, sendo uma delas as G4G.

O conceito das G4G surgiu em finais dos anos oitenta do século passado, num artigo de Lind, Nightengale, Schmit, Sutton e Wilson (1989), publicado na *Marine Corps Gazette*, em que os autores caracterizam o fenómeno da guerra em quatro gerações da guerra, a partir da Paz de Vestfália (1648). Numa publicação mais recente Lind & Thiele (2015, p. 1) consideram que a guerra tem mudado ao longo dos anos, mas de modo mais acentuado e acelerado nos últimos tempos, com as forças armadas (FFAA) a enfrentarem oponentes não estatais com capacidade de aprendizagem e de adaptação na forma de fazer a guerra, pelo que combater neste tipo de guerras se constitui como um desafio difícil. Como causas das G4G são apresentados fenómenos políticos, sociais e morais, ligados ao declínio dos estados, pelo que a solução dessas guerras não pode ser unicamente militar. Como as FFAA serão chamadas a combatê-las, é necessário enfrentar não apenas um problema, mas um dilema: como preparar as FFAA para combater em G4G (Lind & Thiele, 2015, p.2). É neste dilema que encontramos a justificação para o presente TII.

Portugal, no âmbito dos seus compromissos internacionais, tem participado com FND em operações militares sob a égide de organizações internacionais e/ou coligações.

O **objeto** da investigação do presente trabalho é as FND, que apresenta uma grande latitude, pelo que se **delimita** a investigação: em **termos temporais** às missões de FND, em que se verifique a participação do Exército, desde os anos noventa do século passado até ao final de 2021; em **termos de espaço** aos TO do Kosovo, Afeganistão e República Centro-Africana (RCA); em **termos de conteúdo** na análise das características dos conflitos e nas observações, lições e boas práticas recolhidas, com aplicabilidade nas G4G.

A investigação tem por objetivo contribuir para a melhoria do sistema de aprontamento e do desempenho operacional de FND quando empregues em cenários de G4G. A partir deste objetivo, formulou-se um objetivo geral (OG) que foi decomposto em três objetivos



específicos (OE): OG- Formular recomendações para melhorar o aprontamento e o desempenho operacional de FND em G4G; OE1- Identificar as características das G4G; OE2- Analisar a participação de FND em três conflitos da atualidade; OE3- Analisar a participação de outras forças/organizações nos três conflitos selecionados.

Seguidamente, definiu-se uma Questão Central (QC) e dada a abrangência conceptual que esta questão contempla, identificaram-se três Questões Derivadas (QD) que permitem tratar isoladamente cada um dos objetivos específicos já definidos: QC- Que medidas implementar para melhorar o aprontamento e o desempenho operacional de FND em G4G?; QD1- Quais são as características das G4G que se identificam em conflitos da atualidade?; QD2- Quais são as observações, lições e boas práticas (OLBP) recolhidas por FND relativas ao seu aprontamento e desempenho operacional em três conflitos da atualidade?; QD3- Quais são as experiências e lições aprendidas recolhidas por outras forças/organizações relativas ao seu aprontamento e desempenho operacional nos três conflitos selecionados?.

O presente trabalho está organizado para além desta introdução, que constitui o primeiro capítulo, em mais quatro capítulos e conclusões.

A introdução inclui o enquadramento e a justificação do tema, o objeto do estudo e a sua delimitação, os objetivos e as questões de investigação levantadas, assim como a organização do trabalho no que respeita à sua estrutura e conteúdo.

No segundo capítulo é apresentado o estado da arte, tendo como pano de fundo as FND e a caracterização das G4G. São ainda descritos o modelo de análise, a metodologia utilizada e o método, bem como os instrumentos e técnicas de recolha, análise e tratamento de dados.

No terceiro capítulo são analisados os conflitos nos TO do Kosovo, Afeganistão e RCA, efetuando a sua análise para identificar as características das G4G. Neste capítulo desenvolve-se o OE1 e responde-se à QD1.

No quarto capítulo é analisada a participação das FND nos três TO selecionados. Da participação das FND, nestes TO, são identificadas as OLBP. Neste capítulo é desenvolvido o OE2 e procura-se a resposta à QD2. Nesta análise e uma vez que há documentos que são classificados como Reservado ou Confidencial, apenas são mencionados dados quantitativos e qualitativos referentes a aspetos não classificados.

No quinto capítulo é analisada a participação da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) nos TO do Kosovo e do Afeganistão e das FFAA Francesas nos TO do Afeganistão e da RCA, para identificar as experiências e lições aprendidas (LA). Neste capítulo desenvolve-se o OE3 e procura-se responder à QD3.



Nas conclusões, que se constituem como o capítulo sexto, é apresentada uma síntese do trabalho, com a avaliação dos resultados obtidos em relação aos objetivos definidos, incluindo-se a resposta ao problema de investigação. São ainda apresentados contributos para o conhecimento, elencadas as limitações encontradas na elaboração do trabalho, bem como algumas recomendações e sugestões para eventuais pesquisas futuras.



2. Enquadramento conceptual e percurso metodológico

Neste capítulo apresenta-se o “estado da arte”, começando pela base conceptual relativa ao emprego de FND e ao processo de LA implementado no Exército. Segue-se a caracterização do fenómeno da guerra, abordando a nova conflitualidade com destaque para as G4G. O capítulo termina explanando o percurso metodológico adotado. No Apêndice A compila-se um corpo de conceitos que complementa os apresentados neste capítulo.

2.1 Base conceptual

A Base Conceptual alicerça-se no propósito político, expresso no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), em que as FFAA Portuguesas são um dos elementos essenciais para “*consolidar Portugal no seu estatuto de coprodutor de segurança internacional*”, sendo os meios militares uma componente fundamental da segurança do Estado e um fator de projeção do prestígio internacional” (Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 19/2013, pp. 1982-1983).

2.1.1 Emprego de Forças Nacionais Destacadas

Com base no CEDN foi definida a estratégia militar vertida no Conceito Estratégico Militar (CEM). O CEM analisa as ameaças e riscos que se enquadram no âmbito de ação das FFAA, deduz e valida os objetivos estratégicos militares a atingir, define a ação militar necessária para os alcançar, especificando as missões concretas das FFAA e caracterizando as capacidades militares que suportam a sua execução (Conselho de Chefes de Estado-Maior [CCEM], 2014a; CCEM, 2014b).

A tipologia dos novos conflitos é cada vez mais complexa e a própria natureza do emprego de forças militares encontra-se em transformação, visando adequar-se aos desafios dos novos cenários e à evolução tecnológica, tendo em conta o seu impacto na doutrina militar (CCEM, 2014a, p.16). É nesta tipologia de conflitos que Portugal tem demonstrado “a sua determinação e empenho” através da participação de FND em operações internacionais de média e alta intensidade (CCEM, 2014a, p. 2).

FND são forças modulares, devidamente organizadas, equipadas, treinadas e enquadradas, orientadas para responder a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa, para emprego sustentado, por períodos normalmente de seis meses (CCEM, 2014b, p. 7).

A participação de FND, com forças do Exército, iniciou-se em 1993 com o Batalhão de Transmissões n.º 4, no TO de Moçambique no âmbito da *Operation United Nations in Mozambique*, seguindo-se Angola (1995), Bósnia-Herzegovina (1996), Kosovo (1999), Timor-Leste (2000), Afeganistão (2005), Líbano (2006), Lituânia (2015) e RCA (2017)



(Sousa, 2018, pp. 277-282). A participação de FND nessas operações, impuseram uma organização do seu treino, com uma duração de cerca de seis meses, orientado para a missão, sem esquecer a instrução e a formação individual do combatente (Sousa, 2018, p. 286), sendo o ciclo de preparação o esquematizado na Figura 1.



Figura 1 - Ciclo de Preparação de uma FND

Fonte: Adaptado de Sousa (2010, p. 414).

O escalão da força varia de operação para operação. A forma de organização também varia, desde forças organizadas com base numa unidade da componente operacional do sistema de forças, até forças constituídas de uma forma *ad hoc* como, por exemplo, no caso do Agrupamento Bravo no Kosovo.

Com o empenhamento de FND em TO cada vez mais complexos e difusos, foram sendo identificados um grande número de problemas que constituem importantes lições que têm de ser aprendidas (Magalhães, 2019, p. 6), pelo que o Exército em 2012 implementa e operacionaliza o processo de LA, alinhado com o conceito da NATO (Estado-Maior do Exército [EME], 2016). No Apêndice B apresenta-se um resumo do processo de LA.

O processo de LA do Exército, esquematizado na Figura 2, divide-se em três fases: análise, ação corretiva e disseminação.

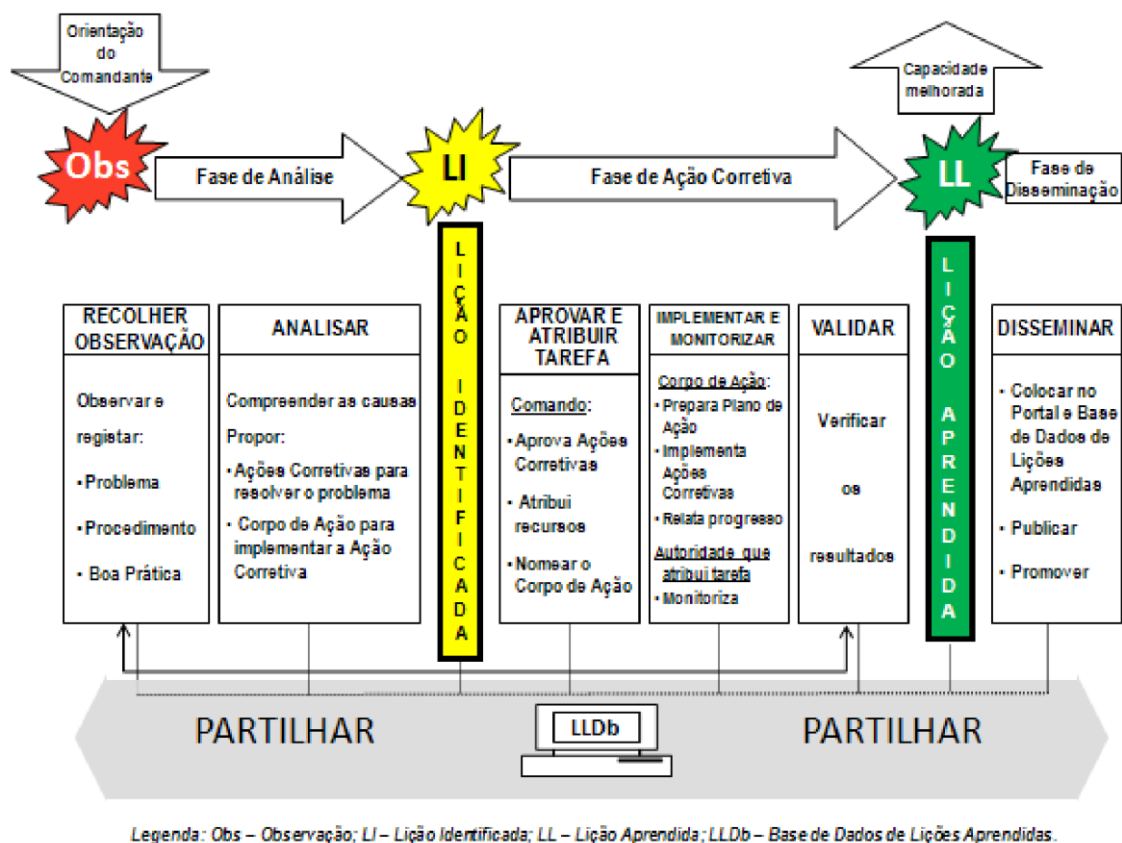


Figura 2 - Processo de Lições Aprendidas do Exército

Fonte: EME (2012b).

2.1.2 O Fenómeno da Guerra

Na antiguidade, Sun Tzu (2002, p. 44) considerava que a “guerra é um assunto de importância vital para o Estado”, uma questão de vida ou morte, sendo por isso “indispensável estudá-la profundamente”. Clausewitz (1918, p. 2) define guerra como sendo um ato de violência destinado a obrigar um oponente a submeter-se à nossa vontade. Cabral Couto, depois de apresentar as definições de Verdross, C. Rousseau e Bouthoul, bem como Sun Tzu e Clausewitz, apresenta o seu “conceito adoptado” de guerra (1988, pp. 141-148) que foi a base doutrinária do ensino militar em Portugal durante muitos anos e que Horta Fernandes adaptou, definindo

guerra como violência (enquanto luta enquadrada e generalizada, duelo em escala) entre conjuntos políticos (ou conjuntos politizados de fundamentação político-sacral), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim nos limites (de preferência exteriores) da política (ou fins políticos em grande parte, mas não na totalidade, a partir da modernidade), a qual, em qualquer dos casos, se serve desse fim,



dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos. (Fernandes, 2021, p.100)

Mas o paradigma da guerra tem sofrido alterações ao longo dos tempos, sendo a sua natureza perene (Dubik, 2002, p. 6) e alterando-se o seu caráter em função das transformações que se verificam em três fatores: forma de combater, por quem se combate e quem combate (Barata e Piedade, 2014, pp. 2-3), conforme se ilustra na Figura 3.

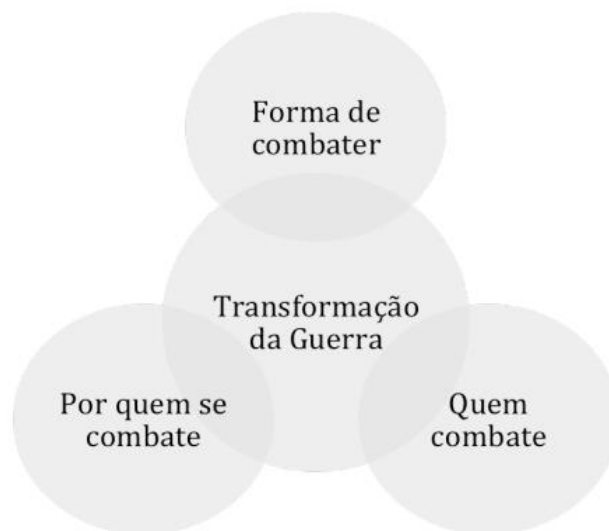


Figura 3 - Transformação da Guerra

Fonte: Barata e Piedade (2014).

2.1.3 A conflitualidade contemporânea

A “conflitualidade violenta contemporânea tem mostrado grande complexidade [recebendo] novas e diversas denominações no quadro de um debate muito alargado sobre a natureza e novidade destas manifestações de conflitualidade armada” (Saraiva, 2020, p. 28). Para além das G4G utilizada por Lind *et al.* (1989), outros autores têm utilizado denominações, como por exemplo: novas guerras; guerras híbridas; revolução nos assuntos militares; etc..

O aparecimento destas diferentes denominações tem originado um debate aceso entre os diferentes autores, o que na perspetiva de Kaldor (2013, p. 14) tem sido importante para o surgimento de novas análises académicas e de novas perspetivas políticas.

O conceito de “novas guerras” foi proposto por Kaldor (2012, p. 1) para caracterizar um novo tipo de violência organizada que se desenvolveu, com particular incidência em África e na Europa Oriental, nas últimas décadas do século XX como um dos aspetos da globalização. Segundo Kaldor (2012, p. vi), nos últimos anos, uma série de estudiosos



comentaram sobre o que eles descrevem como o declínio da guerra no século XXI¹, que a autora denomina como “velhas guerras”, ou seja, a guerra envolvendo estados em que a batalha é o encontro decisivo. Em contraposição com as “velhas guerras”, Kaldor (2012, pp. vi-vii) considera que as “novas guerras” envolvem redes de atores estatais e não estatais, sendo a maior parte da violência dirigida contra civis. Desta forma, é difícil de distinguir a diferença entre os aspetos internos e externos, locais e globais. As “novas guerras” estão associadas com a fraqueza dos estados, identidades políticas extremistas e criminalidade transnacional (Kaldor, 2012, p. vii), contrastando com as guerras anteriores em termos de objetivos, métodos e forma de financiamento (Kaldor, 2012, p. 7).

Telo (2002, pp. 213-214), referindo-se aos conflitos atuais, considera “a noção que há uma maneira de fazer a guerra muito diferente do passado não levanta dúvidas”, havendo “uma mudança qualitativa de grande envergadura em relação ao passado” a que se chamou Revolução nos Assuntos Militares (RAM). A RAM, que Telo (2002, p. 213) denomina como Revolução Militar em Curso, associada à transformação nos assuntos de defesa, é um fenómeno complexo que se caracteriza, segundo alguns autores:

- por assentar na tecnologia disponibilizada pela sociedade da informação, empregar novas táticas, conter a violência dentro de limites (políticos, éticos e estratégicos) aceitáveis pela comunidade internacional (Telo, 2002, p. 221);
- “pela *civilinização* (civil quanto possível, militar quando necessário)”, pelo papel desempenhado pelos meios de comunicação social e pela opinião pública, pela forma como se organizam as tecnologias existentes e com as quais é possível criar “novas e diferentes capacidades num sistema de sistemas” (Garcia, 2010, pp. 101-102).

Em 2005, através da publicação do artigo “*Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars*” Mattis e Hoffman anunciam a alteração do foco na RAM, considerando-a como uma vontade irrealista de conduzir a guerra. Com base numa análise em que os EUA são o alvo, consideram que no futuro, o oponente mais provável, combaterá de forma irregular, combinando diferentes técnicas e táticas, explorando vantagens táticas no momento e local por si escolhido, acumulando uma série de efeitos táticos cujos resultados serão ampliados

¹ Contudo, a maioria dos autores não previu o ressurgimento de uma “velha guerra” de alta intensidade entre dois Estados, como aconteceu em Fev22, com a invasão militar da Ucrânia pela Rússia. Neste patamar do conflito não nos podemos também alhear do facto de que nos últimos anos regressou uma verdadeira corrida aos armamentos, que para Tomé (2021, p. 44) provocam “uma escalada competitiva no desenvolvimento e/ou na aquisição de capacidades militares tentando balancear ou suplantar rivais”.



através da guerra de informação e mediática para enfraquecer a vontade dos Estados Unidos da América (EUA) (Mattis & Hoffman, 2005). À combinação de novas abordagens, numa fusão de diferentes formas e meios de combater chamaram guerra híbrida. Para Frank Hoffman (2009, p. 34), as guerras híbridas são caracterizadas pela convergência - do físico e do psicológico, do cinético e não cinético, dos combatentes e não combatentes, dos atores estatais e não estatais. As “forças que empregam este tipo de guerra são eminentemente adaptáveis ao adversário e são capazes de nele encontrar as brechas necessárias para poder penetrar, podendo os combatentes empregar capacidades de alta tecnologia e em simultâneo de baixa ou mesmo nula tecnologia” (Garcia, 2010, p. 84).

2.1.4 As gerações da guerra

As gerações da guerra é outro dos paradigmas que procura explicar a moderna conflitualidade. Esta denominação, introduzido por William S. Lind e outros autores em 1989, tem sido aprofundada por vários analistas, destacando-se Thomas X. Hammes como um dos mais importantes teóricos, mas apesar de contar com mais de um quarto de século, os seus contornos não são perfeitamente claros (Monteiro, 2017, p. 1005). No Apêndice C apresenta-se uma breve descrição das quatro gerações da guerra.

As G4G colocam em confronto entidades com pouco ou nada em comum: num dos lados, as potências ocidentais com sociedades e forças militares dependentes da alta tecnologia (o ator Estado) e no outro lado, “atores intraestatais e transnacionais mobilizados por motivos políticos, religiosos, étnicos ou outros, que atacam indiscriminadamente os mercados, comunicações e símbolos da sociedade ocidental” (Barroso, 2012, p. 22).

Hammes (2005, 2006) não apresenta um conceito estruturado para as G4G, pelo que recorremos a Maria Pinto (2017) que as define como guerras em que o inimigo não tem uma organização hierárquica, os combates são dispersos e a frente de batalha desaparece, a natureza das operações é não-assimétrica, os antagonistas privilegiam os *media* e os meios culturais/psicológicos, sendo o alvo a atingir a vontade política do adversário, mais do que a sua organização militar.

2.1.5 Características das guerras de quarta geração

As G4G são “a forma de guerra escolhida por organizações não-estatais que querem confrontar aparelhos militares treinados e equipados para outras formas de guerra”, havendo uma “erosão da linha de separação entre a guerra e a política, soldados e civis, a paz e o conflito, o campo de batalha e as áreas seguras” (Pinto, 2017). As G4G apresentam como características principais:



- O Estado perde o monopólio da guerra e pelo menos um dos atores é uma entidade não estatal (Lind, 2004, p.13);
- Esbatimento da distinção entre guerra e paz, num campo de batalha não linear incluindo, provavelmente, toda a sociedade inimiga (Lind *et al.*, 1989) e em que os combates são dispersos e a frente de batalha desaparece (Pinto, 2017).
- Propósito de alterar a opinião pública (local e internacional) através da manipulação dos *media* (Lind *et al.*, 1989), difundindo mensagens específicas para os decisores políticos, para aqueles que podem influenciar esses decisores, bem como para a população local e apoiantes (Hammes, 2006, p. 208-209);
- Utilização de todas as redes disponíveis (políticas, económicas, sociais e militares) para convencer os decisores políticos inimigos que os seus objetivos estratégicos são inalcançáveis, ou o preço a pagar é demasiado elevado para os benefícios percebidos; baseia-se no preceito fundamental que uma vontade política superior, quando corretamente empregada, pode derrotar um poder militar e económico superior (Hammes, 2006, p. 208);
- Não procura a vitória através da derrota das forças militares inimigas, mas sim vergando a vontade política inimiga, através do ataque aos decisores políticos, utilizando para isso uma combinação de táticas de guerrilha ou desobediência civil, com a utilização das redes social, cultural e ligações económicas, campanhas de desinformação e atividade política inovadora (Hammes, 2006, p. 208);
- São guerras prolongadas (medidas em décadas em vez de meses ou anos), mas não são sangrentas, sendo a maioria das baixas civis (Hammes, 2006, p. 209).

2.1.6 Críticas ao conceito de guerras de quarta geração

O conceito de G4G é comumente criticado por três falhas principais: a teorização é descrita como fraca e o conceito é muito difuso, tendo-se tornado equivalente a tudo o que é assimétrico; a sustentação histórica é irregular e muito seletiva, ou seja, é escolhida para apoiar uma parte significativa da teorização, sem examinar as tendências ou detalhes que a contradizem; o quadro geracional é rotulado como indefensável e desnecessário (Hoffman, 2007).

Também Monteiro (2017, pp.1008-1011) considera que existem algumas lacunas conceptuais, destacando duas: a incoerência na sequenciação das várias gerações e a desvalorização da guerra irregular ao longo da história.



2.2 Percurso metodológico

2.2.1 Modelo de Análise

O modelo de análise para a presente investigação, apresentado na Figura 4, tem como base os objetivos e as questões de investigação enunciadas. São considerados três conceitos estruturantes: FND, guerra e G4G. O conceito de guerra e de G4G decompõem-se em cinco dimensões (atores, objetivos, instrumentos do poder, tipologias/técnicas e duração) numa adaptação do modelo apresentado por Druckman e Dihel (2014, p. 263). O conceito de FND decompõe-se nas dimensões Observações, LI e LA. Para as dimensões consideradas foram selecionados os indicadores listados em cada uma delas. Como instrumentos de recolha de dados utilizou-se a análise bibliográfica e documental.

Tema					
As FND face às características das G4G					
Objetivo geral					
Formular recomendações para melhorar o aprontamento e o desempenho operacional de FND em G4G.					
Questão central					
Que medidas implementar para melhorar o aprontamento e o desempenho operacional de FND em G4G?					
Objetivos Específicos (OE)	Questões Derivadas (QD)	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnica de recolha de dados
OE1 Identificar as Características das G4G.	QD1 Quais são as características das G4G que se identificam em conflitos da atualidade?	Guerra G4G	Atores	Estado-Nação; Não-Estado; OI; Coligações; Alianças; Grupos criminosos; etc.	Análise Documental
			Objetivos	Políticos; Territoriais; Étnicos; Nacionalistas; Religiosos; Económicos	
			Instrumentos do Poder	Diplomático; Informacional; Militar; Económico (DIME).	
			Tipologias/Técnicas	Terrorismo; Guerrilha; Convencional; etc.	
			Duração	Curta-duração; Longa-duração.	
OE2 Analisar a participação de FND em três conflitos da atualidade.	QD2 Quais são as observações, lições e boas práticas recolhidas por FND relativas ao seu aprontamento e desempenho operacional em três conflitos da atualidade??	FND	Observações Lições Identificadas Lições Aprendidas	Vetores de Capacidades: Doutrina, Organização, Treino, Material, Pessoal, Infraestruturas, Interoperabilidade, Liderança.	Análise Documental
OE3 Analisar a participação de outras forças/organizações nos três conflitos selecionados.	QD3 Quais são as experiências e lições aprendidas recolhidas por outras forças/organizações relativas ao seu aprontamento e desempenho operacional nos três conflitos selecionados?				

Figura 4 – Modelo de Análise

2.2.2 Metodologia

Esta investigação baseia-se no raciocínio dedutivo, em que se parte “da teoria em busca de uma verdade particular” (Santos & Lima, 2019, p. 19), para a partir dos conceitos de FND, guerra e G4G, identificar as características principais das G4G em conflitos onde Portugal participou com FND, verificar quais as OLBP que permitem formular recomendações para melhorar o processo de aprontamento e desempenho das forças nas G4G.

Em termos metodológicos segue-se a estratégia da investigação qualitativa, reforçada com uma estratégia quantitativa, permitindo “um conhecimento mais alargado e aprofundado” (Santos & Lima, 2019, p. 128).



Como técnica de análise qualitativa é utilizada a análise de conteúdo, de forma temática, em torno das dimensões e indicadores indicados, complementada com a análise quantitativa de agrupamento (Santos & Lima, 2019, pp. 118-127).

Quanto ao desenho de pesquisa utiliza-se o método comparativo (Santos & Lima, 2019, pp. 37-38), efetuando um estudo multicaso, comparando três TO em que Portugal projetou FND.

2.2.3 Método

Para esta investigação recorre-se à observação não-participante, utilizando como técnica para a recolha de dados a análise documental, “que se constitui como uma técnica de investigação em que o trabalho se centra na recolha de fontes documentais onde se encontram registados princípios, objetivos e metas” (Sousa & Baptista, 2011, pp. 88-89 cit. Santos & Lima, 2019, p. 39) e o desenho comparativo multicaso (Santos & Lima, 2019, p. 38-39).

A investigação inicia-se por um processo de revisão da literatura, em publicações, artigos de opinião de especialistas e artigos científicos, estabelecendo o “estado da arte” para compreender o objeto em estudo e identificar a resposta à QD 1. Seguidamente, é efetuada a recolha de dados, no portal das LA do Exército e através da análise documental e desenho comparativo multicaso de conflitos da atualidade (nos TO do Kosovo, Afeganistão e RCA), permitindo identificar as respostas às QD 2 e 3. Em continuidade, efetua-se análise de conteúdo temática dos dados recolhidos dos TO mencionados e elaboram-se recomendações respondendo à QC. Por fim, serão elaboradas as conclusões.



3. Análise dos conflitos militares selecionados

No presente capítulo propõe-se analisar os conflitos nos TO do Kosovo, Afeganistão e RCA, conjugando as características das G4G identificadas em 2.1.5 compiladas em cinco características alinhadas com as dimensões do modelo de análise, conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1 - Análise dos conflitos selecionados

Características da G4G	Modelo de Análise (Dimensões)	Estudo de Caso
O Estado perdeu o monopólio da guerra	Atores	Identificar os atores (pelo menos um dos atores é uma entidade não estatal)
Objetivo é a derrota política do adversário (fim das opções/vontades)	Objetivos	Identificar os objetivos dos atores
Utiliza todas as redes disponíveis (políticas, económicas, sociais e militares) para convencer os decisores políticos	Instrumentos do poder	Instrumentos do poder identificados (DIME)
Utiliza táticas de guerrilha ou desobediência civil, com a utilização das redes social, cultural e ligações económicas, campanhas de desinformação e atividade política inovadora	Tipologia/técnicas	Identificar as tipologias e/ou as técnicas utilizadas
São guerras prolongadas	Duração	Avaliar a duração do conflito

3.1 Conflito do Kosovo

O conflito no Kosovo opôs separatistas kosovares albaneses e o governo central da Jugoslávia, continuando a linha da desintegração que estava em curso na Jugoslávia desde os anos 80 do século passado. Com a criação, em Fev96, do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK - *Ushtria Çlirimtare e Kosovës*) passou a haver uma insurreição armada no território, com início das ações de guerrilha em Nov97 (Oliveira, 2018, p. 31).

Em 1999 a situação agudizou-se e após várias tentativas diplomáticas falhadas, a NATO iniciou a campanha aérea - *Operation Allied Force*. Seguiu-se a *Operation Joint Guardian*, com a *Kosovo Security Force* (KFOR) a entrar no Kosovo em 12Jun99, ao abrigo da Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (Oliveira, 2018, p. 32).

3.1.1 Análise

Da análise do conflito, detalhada no Apêndice D, constatou-se:

- São identificados atores estatais (Sérvia, EUA e Rússia) e atores não estatais (UÇK, Liga Democrática do Kosovo [LDK], NATO e Organização das Nações Unidas [ONU]), com objetivos políticos, territoriais e nacionalistas. O UÇK, ator não estatal, conseguiu alcançar os seus objetivos;



- Foram utilizados todos os instrumentos do poder disponíveis: a Sérvia procurou eliminar o movimento insurgente do UÇK, através do seu instrumento militar, ao mesmo tempo no campo diplomático que tentava evitar a interferência internacional - com o apoio da Rússia – e a nível informacional apelava ao nacionalismo para atingir os seus objetivos; do lado oposto, o UÇK utilizava as técnicas de guerrilha para obrigar os sérvios a intervir militarmente e assim conseguir o apoio internacional através de campanhas nos órgãos de comunicação social (OCS) e *lobbying*;
- Apesar da solução militar, através da intervenção da NATO, ter sido relativamente rápida, o conflito tem raízes anteriores à fase da insurreição armada e ainda hoje, apesar da declaração da independência do Kosovo em 2008, as organizações internacionais permanecem no Kosovo.

No Quadro 2 apresenta-se a sistematização da análise.

Quadro 2 –Análise do conflito do Kosovo

Atores	UÇK, NATO, ONU, EUA	Sérvia, Rússia
Objetivos	Políticos, Territoriais, Nacionalistas	Políticos, Territoriais, Nacionalistas
Instrumentos do Poder	D	Acordo <i>Dayton</i> Acordo/Negociações <i>Rambouillet</i>
		<i>Lobbying</i> Apoio Internacional
	I	OCS internacionais Pilar dos Direitos Humanos Lei Internacional
		<i>Media</i> eletrónicos Mensagens nacionalistas Combate à criminalidade
	M	UÇK (em células, guerrilha) NATO (campanha aérea e KFOR)
E	<i>Home Call Fund</i> (3%) Doações Angariações na diáspora	
Tipologia /Técnicas	Guerrilha; convencional (curta duração); assassinatos seletivos	Contra-insurreição: decapitação, interdição de infraestruturas, reforma
Duração	Expectativa: guerra guerrilha (20 anos)	Resolução rápida

3.2. Conflito do Afeganistão

A intervenção militar dos EUA no Afeganistão, em 2001, surge depois do falhanço das negociações com os Talibã para entregarem os terroristas da Al-Qaeda e contou com o apoio dos aliados da NATO, uma vez que foi evocado o artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte.

A campanha inicial, *Operation Enduring Freedom*, conduzida a partir de 07Out01, utilizou uma combinação de forças de reconhecimento em/com o apoio da Aliança do Norte, depondo o governo Talibã e causando danos significativos na Al-Qaeda (Hammes, 2006, p.



153; Kaldor, 2012, pp. 155-156).

Em Ago03, a NATO assumiu a liderança da *International Security Assistance Force* (ISAF), naquela que foi a sua primeira missão “*out-of-area*”.

A missão da ISAF terminou em final de 2014, iniciando-se em 2015 a *Resolute Support Mission* (RSM), para continuar com o treino, aconselhamento e assistência às forças e instituições afegãs (NATO, 2021a; NATO, 2021b).

Em 2021, após a retirada das forças internacionais, os Talibã assumem novamente o poder (*Council of Foreign Relations*, 2022).

3.2.1 Análise

Da análise do conflito, que se encontra detalhada no Apêndice D, constatou-se:

- São identificados atores estatais (EUA, Afeganistão, Rússia, Paquistão) e atores não estatais (Talibã, NATO, ONU), com objetivos religiosos, territoriais e políticos. Verificou-se a derrota dos EUA/NATO (que retiraram do país) e a derrota do Governo Afegão;
- Os Talibã utilizaram todos os instrumentos do poder disponíveis para convencer os decisores políticos, dos EUA e da NATO, de que os seus objetivos eram inalcançáveis. Os Talibã, para alcançar o seu objetivo, empregaram táticas de guerrilha, operações convencionais, utilização massiva das Redes Sociais (RS) e outras formas tradicionais de comunicação;
- O conflito durou 20 anos e o resultado foi o regresso ao *status quo* que existia em 2001, com os Talibã a reassumir o poder.

No Quadro 3 apresenta-se a sistematização da análise.

**Quadro 3 – Análise do conflito do Afeganistão**

Atores	Talibã, Rússia, Paquistão		EUA, NATO, ONU, Afeganistão
Objetivos	Religioso, territoriais e políticos		Territoriais e políticos
Instrumentos do Poder	D	“ <i>Quadrilateral Coordinating Committee</i> ”, “6+1” + “ <i>Kabul Process</i> ” Negociação da saída dos EUA (Talibã e EUA)	
	I	RS (Facebook e Twitter) e sites da web para difundir propaganda; <i>shabnamah</i> (cartas noturnas); <i>taranas</i> (cânticos); poemas, <i>khutba</i> (sermões de sexta-feira); programas rádio; Short Message (SMS).	
	M	Talibã (células de guerrilha), com efetivo estimado de 60.000 combatentes e 90.000 apoiantes/facilitadores	<i>Afghan National Security Forces</i> (ANSF) com efetivo cerca de 290.000 elementos. Missões internacionais: ISAF e RSM - com efetivos que chegaram a atingir os 130.000 elementos na ISAF.
	E	Entre 300 milhões a 1,6 bilhões de dólares anuais provenientes de: tráfico de droga e contrabando; cobrança de taxas e impostos; mineração ilegal; extorsão e rapto; doações.	Governo dos EUA doou 145 bilhões de dólares e adicionalmente gastou 837 milhões de dólares nas operações.
Tipologia /Técnicas	Terrorismo; assassinatos seletivos; <i>outside-in</i> ; táticas de guerrilha; operações de informação.		Luta contra o terrorismo; desenvolvimento e bem-estar; contrainsurreição; pressão e atribuição militar
Duração	O conflito durou 20 anos (de Out01 a Ago21)		

3.3 Conflito da República Centro Africana

A RCA, colónia francesa até 1960, vive desde essa data num ambiente de permanente instabilidade e intensos confrontos internos, que deterioraram as condições de segurança, com enormes desigualdades, pobreza e fraca distribuição dos recursos existentes, a par de uma divisão étnica e religiosa (Silva, 2020, p. 1).

Em 2012 verifica-se um recrudescimento do conflito e em 2013 é constituída a *Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique* (MISCA), conduzida pela União Africana e apoiada pela força francesa da *Operation Sangaris*, mas as suas capacidades revelaram-se “insuficientes para lidar com a amplitude do desastre humanitário e com as necessidades de segurança em todo o território” (Ribeiro, 2021, p. 11), tendo o CSNU, em 2014, decidido constituir a *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA), em substituição da MISCA (*Resolution 2149*, 2014).

3.3.1 Análise

Da análise do conflito, detalhada no Apêndice D, constatou-se:

- São identificados atores estatais (RCA, Rússia e França) e atores não estatais (ONU, coligação Ex-Séléka, coligação anti-Balaka, Grupo Wagner) com objetivos étnicos, políticos e económicos;
- São utilizados todos os instrumentos do poder disponíveis do lado dos insurgentes, do Governo e dos seus apoiantes para procurar concretizar os seus



objetivos. São utilizadas táticas de guerrilha, operações convencionais, utilização massiva das RS e OCS, para alcançar o seu objetivo;

- O conflito na RCA dura há mais de dez anos.

No Quadro 4 apresenta-se a sistematização da análise.

Quadro 4 –Análise do conflito da RCA

Atores	RCA, ONU, França, UA, Rússia, Wagner	Ex-Séléka, anti-Balaka, Chade, Sudão	
Objetivos	Políticos Económicos	Políticos Económicos	
Instrumentos do Poder	D	Successivos acordos de Paz, não respeitados e de curta duração GA negociam apoios/santuário com países vizinhos	
	I	Uso de OCS e RS	Uso de OCS e RS Ligações étnico-religiosas
	M	FFAA da RCA (FACA) ONU Grupo Wagner (em apoio ao Governo)	Grupos de constituição variável
	E	Doações Internacionais Apoios bilaterais	Minação ilegal (ouro e diamantes); extorsão e a cobrança de taxas; fornecimento de serviços de segurança; saques, cobrança de impostos e extorsões;
Tipologia /Técnicas	Operações de estabilização (MINUSCA) Operações convencionais (FACA)	Técnicas de guerrilha; ataques; bloqueio de vias de comunicação; ataques; raptos;	
Duração	O conflito dura há mais de dez anos		

3.4 Síntese Conclusiva

Nos três TO selecionados são identificados atores estatais e não estatais, em todos os teatros o Estado perdeu monopólio da guerra. Em dois deles (Kosovo e Afeganistão) o ator não estatal derrotou o Estado e assumiu o poder.

Também se verificou que os atores não estatais procuraram vencer os conflitos, não pela derrota da força militar do adversário mas sim pela sua derrota política. No caso do Kosovo a intervenção da comunidade internacional em favor do UÇK, com o lançamento da *Operation Allied Force* da NATO, obrigou a Sérvia a aceitar o acordo de *Kumanovo* e retirar as suas forças do Kosovo. No caso do Afeganistão a retirada das forças internacionais conduziu à vitória dos Talibã reassumindo o *status quo* que tinham antes do início do conflito. No caso da RCA ainda não há solução à vista, com um contínuo de golpes de estado e mudanças de poder, acordos de paz e reacender do conflito.

Foi ainda identificada a utilização dos instrumentos do poder disponíveis, procurando convencer e influenciar as diversas audiências, tendo como fim último obter uma decisão política favorável. De realçar, que para além dos atores não estatais, também os Estados utilizam as ferramentas disponíveis, salientando-se o caso da RCA e da Rússia, que utilizam o poder informacional para, por exemplo, retirar o protagonismo da França, através de campanhas de desinformação e manipulação da opinião pública.



Também nas técnicas e táticas utilizadas foi possível identificar que os atores fazem uso de todos os recursos, concentrando forças para ações mais musculadas e logo as dividindo e dispersando entre a população e/ou santuários, conduzindo campanhas de terrorismo ou de desinformação com a mesma facilidade.

Todos os conflitos analisados são prolongados.

Do estudo dos conflitos selecionados consideramos que neles se revelam as características das G4G. Da aplicação do modelo de análise, tendo como referência o OE1, obteve-se a resposta à QD1, apresentando-se no Quadro 5 o resumo das características evidenciadas.

Quadro 5 - Características das G4G identificadas

Características da G4G	Kosovo	Afeganistão	RCA
O Estado perdeu o monopólio da guerra	x	x	x
Objetivo é a derrota política do adversário (fim das opções / vontades)	x	x	x
Utiliza todas as redes disponíveis (políticas, económicas, sociais e militares) para convencer os decisores políticos	x	x	x
Utiliza táticas de guerrilha ou desobediência civil, com a utilização das redes social, cultural e ligações económicas, campanhas de desinformação e atividade política inovadora	x	x	x
São guerras prolongadas	x	x	x



4. A participação de Portugal nos conflitos selecionados

O presente capítulo analisa a participação das FND nos três TO selecionados, através das OLBP recolhidas em diversas fontes, sistematizadas no Apêndice E.

Os dados recolhidos reportam-se aos períodos temporais² identificados na Figura 5.

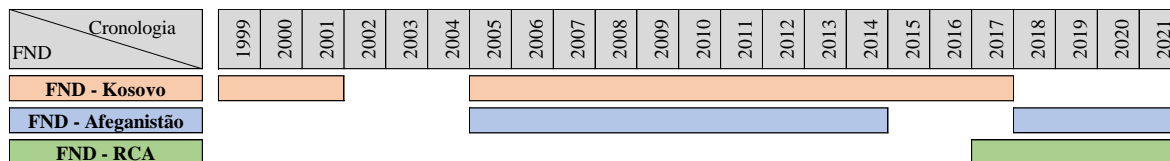


Figura 5 – Cronograma do empenhamento das FND

4.1 A participação portuguesa no Kosovo

Prosseguindo decisão governativa, constituía “interesse e dever de Portugal, [...] a sua participação na KFOR” foi decidido empenhar uma unidade de escalão batalhão (UEB), um destacamento de operações especiais e uma equipa de controladores aéreos avançados (TACP) da Força Aérea (Portaria n.º 566, 1999).

No Kosovo, segundo Sousa *et al.* (2018) Portugal empenhou 27 UEB³ no período de Jul99 a Mai17, distinguindo-se três fases:

- De 1999 a 2001, a FND integrava a Brigada Multinacional Oeste, estava aquartelada em Klina e tinha uma área de responsabilidade atribuída;
- De 2005 a finais de 2010, a FND passou a constituir a Reserva Tática do Comandante da KFOR (KTM), aquartelada em Slim Limes/Pristina;
- De finais de 2010 a 2017 a missão manteve-se, mas a KTM passa a integrar uma Companhia húngara, passando a ser multinacional, mantendo-se o comando português.

4.1.1 Observações, Lições e Boas Práticas

Com o fim da missão, em 2017, e com base nos 14 anos de experiência, o Exército elaborou uma publicação de Retorno de Experiências representando o conhecimento adquirido em operações no TO do Kosovo, como corolário do processo de LA (EME, s.d., pp. 3/5).

Em termos de OLBP do Kosovo, na BD, encontram-se 89 registos, das quais 34 são observações, 54 Lições Identificadas (LI) e um é LA. Analisando os registos pela sua categorização, segundo os vetores de capacidades, obtêm-se 164 ocorrências⁴ conforme Quadro 6.

² A missão na RCA ainda se mantém, mas os últimos dados são referentes a 2021.

³ Para uma melhor compreensão do empenhamento nacional na KFOR ver Sousa *et al.* (2018).

⁴ Há registos que na sua categorização apresentam mais do que um vetor de capacidade, razão pela qual há um número de ocorrências superior ao de registos.



Quadro 6 – OLBP do TO do Kosovo

	Registos	Observações	LI	LA
	89	34	54	1
Categorização por vetores de capacidade				
Doutrina	47	13	33	1
Organização	16	4	11	1
Treino	13	9	3	1
Material	26	9	16	1
Pessoal	21	5	15	1
Infraestruturas	1	0	1	0
Interoperabilidade	2	1	1	0
Liderança	38	0	38	0
	164	41	118	5

Da análise dos dados verificou-se que a maioria dos registos se relaciona com o processo de retração da FND em 2017. Para a retração foi projetada uma equipa dedicada de LA que efetuou 47 registos, todos referentes a LI (correspondentes a 104 categorizações). A FND registou 34 observações, sete LI e uma LA, conforme Gráfico 1.

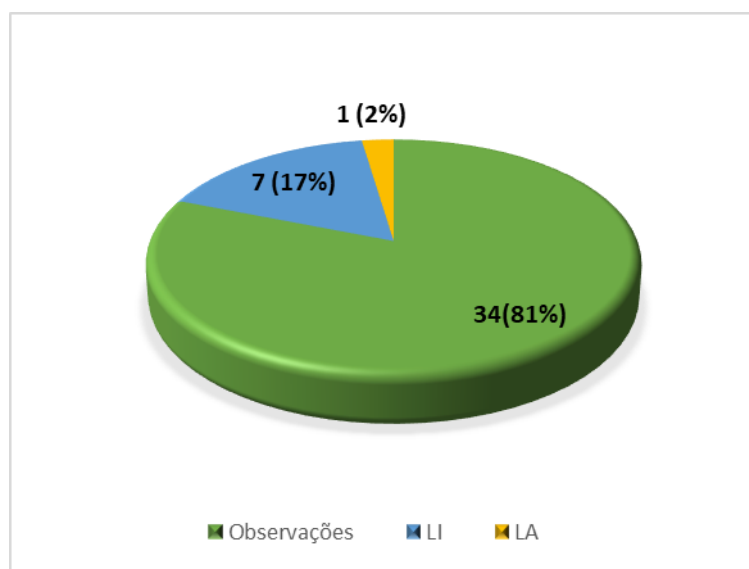


Gráfico 1 - Registos da FND/Kosovo

É evidente a diferenciação entre os registos da FND e da fase da retração: enquanto nesta última foram registadas 47 LI, nas várias FND foram registadas apenas sete LI e 34 observações, o que significa que para estas apenas foi efetuado o passo 1 - obtenção da observação, faltando o passo 2 – análise, para se concluir a Fase da Análise e se poder passar para a Fase da Ação Corretiva.

Das sete LI e das 34 observações, se excluirmos as 20 que se consideram não ter interesse para o processo das LA, verifica-se que não há registos relativos aos procedimentos no TO, como se mostra na Figura 6.



Apontamento Administrativo-Logístico	Observações	7
	LI	1
	LA	
Programa de Apontamento Formação/Treino/Exercícios	Observações	3
	LI	2
	LA	
Fardamento, Equipamento e Armamento (Distribuição individual)	Observações	4
	LI	
	LA	1
Estrutura da Força/Pessoal	Observações	
	LI	2
	LA	
Material (Falta/desadequação/manutenção)	Observações	
	LI	2
	LA	
Procedimentos Administrativo-Logísticos no TO	Observações	
	LI	
	LA	
Procedimentos Operacionais no TO	Observações	
	LI	
	LA	
Outros (registos genéricos, sem interesse para as LA)	Observações	20
	LI	
	LA	

Figura 6 - Análise das OLBP da FND/Kosovo

Da análise ressalta a falta de OLBP relativas à preparação e emprego operacional das FND, que poderá estar relacionada com a falta de sistematização das LA na maior parte da missão no Kosovo (1999 a 2017). Sabendo que ao longo dos anos, várias forças foram esboçando contributos para a melhoria do apontamento e desempenho operacional, analisou-se outras fontes entre as quais a publicação Retornos de Experiência, a obra de Sousa *et al.* (2018), Relatórios de Fim de Missão (RFM) e outros artigos publicados, encontrando-se observações que poderiam ter sido registadas como LI e evoluído para LA, das quais se salientam:

- Em 1999 a FND foi pioneira na realização de operações de busca na sua área de responsabilidade, tendo posteriormente a KFOR adotado este procedimento (Calçada, 2018, p. 118);
- O Exército teve de evoluir da proibição de efetuar ações de CRC (de 1999 a 2001) para uma das suas tarefas principais como reserva tática da KFOR (2005 a 2017). O processo de aquisição, fornecimento e autorização do uso de meios não letais como os projéteis de borracha e que constituem a única LA deste TO foi muito demorado - só autorizado em 2012, depois dos graves confrontos em finais de 2011 com vários militares feridos;
- Em 2013, o Exército aprovou a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-68-00 Controlo de Tumultos, elaborada com o contributo de várias FND,



nomeadamente a partir de 2008, com o desenvolvimento e treino de um conceito de emprego para fazer face a situações de CRC em ambiente de combate (Pedro, 2018, p. 219-222; Rodrigues, 2018, p. 232);

- A KTM era reconhecida pela KFOR como *lead nation* para o treino de reação a agentes incendiários (*fire phobia*), responsável pela tarefa de certificar todos os contingentes aquando da sua entrada em TO, tendo melhorado a formação dos seus quadros (Ferreira, 2018, p. 386).

A publicação Retorno de Experiências (EME, s.d.) elaborada com base nos RFM, OLBP e outras fontes, só foi publicada após o encerramento do TO, sendo um excelente compêndio do que se fez, podendo servir de auxílio para quem for projetado para outros TO, mas não teve utilidade prática para quem passou pelo TO.

4.2. A participação portuguesa no Afeganistão

Portugal esteve presente neste TO a partir de 2002, tendo projetado diferentes tipologias de forças: Equipas Sanitárias, Destacamentos C-130, *Quick Reaction Forces* (QRF) da ISAF, *Operational, Mentoring and Liaison Teams* (OMLT) (Rodrigues, 2011, p. 140), QRF para a segurança do aeroporto de Cabul, equipas de treino especializadas para o Exército Afegão e elementos de apoio logístico (Sousa, 2018, p. 279).

As QRF da ISAF, constituídas com base em forças especiais do Exército incluíam uma TACP (Rodrigues, 2011, p. 142). Esta missão constituía-se de risco muito elevado, o que a par das quase nulas restrições de emprego operacional⁵, deram a estas unidades uma missão de elevada responsabilidade sendo a reserva do Comandante da ISAF (Rodrigues, 2011, p. 142).

Em 2018, Portugal volta a projetar forças para o TO, desta vez vocacionadas para a segurança do aeroporto de Cabul, com uma QRF de escalão companhia, e equipas de treino (com o respetivo módulo de proteção da força), apoiadas por um elemento de apoio logístico nacional (Sousa, 2018, p. 279) e que terminaram a sua missão em Mai21, com a retirada de todos os contingentes do TO.

4.2.1. Observações, Lições e Boas Práticas

Com base nos 12 anos de experiência (de 2002 a 2014) o Exército publicou um Retorno de Experiências dedicada ao conhecimento adquirido com a participação nas operações no Afeganistão, constituindo um repositório de conhecimento e experiências (EME, 2017).

⁵ As restrições de emprego operacional eram: operar em montanha em condições atmosféricas severas; a utilização em missões fora da área geográfica de Cabul, requer coordenação prévia com autoridades portuguesas para missões de reforço de duração prolongada (Garcia, 2008, p. 22).



Em termos de OLBP na BD encontram-se 157 registos, dos quais 13 são observações, 128 LI e 16 são LA, conforme Gráfico 2.

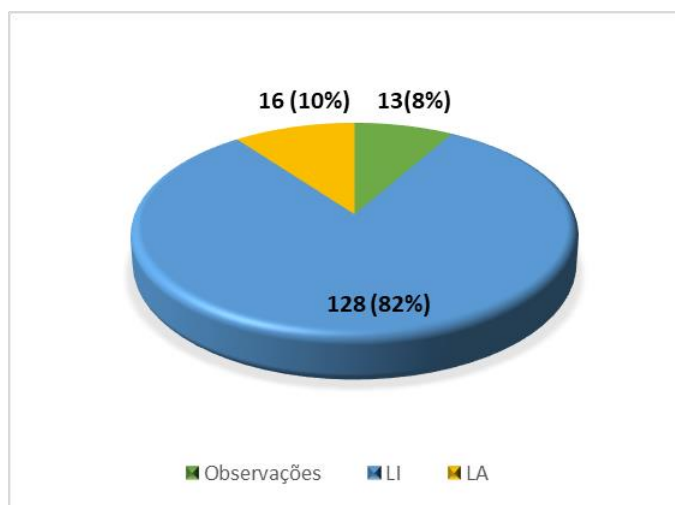


Gráfico 2 - Registos da FND/Afeganistão

Da análise do Gráfico 2 verifica-se que, ao contrário do Kosovo, a maioria dos registos (82%) são LI, as LA representam 10%, que não sendo um número elevado é significativo em relação ao Kosovo com 2%.

Ao analisar os registos pela sua categorização, obtêm-se 254 ocorrências, conforme Quadro 7.

Quadro 7 – OLBP do TO do Afeganistão

Afeganistão	Registos na BD	Observações	Lições Identificadas	Lições Aprendidas
	157	13	128	16
Categorização por vetores de capacidades				
Doutrina	20	0	19	1
Organização	37	5	28	4
Treino	48	4	39	5
Material	60	5	47	8
Pessoal	31	2	26	3
Infraestruturas	6	0	6	0
Interoperabilidade	15	0	12	3
Liderança	33	1	28	4
(em branco)	4	0	3	1
	254	17	208	29

Nota: (em branco) são registos que não estão categorizados

Da análise do conteúdo dos registos verifica-se uma maior abrangência, não apenas em termos de assuntos, mas também em termos da distribuição ao longo do processo, havendo registos relativos à fase do aprontamento e também à fase de emprego no TO, conforme Figura 7.

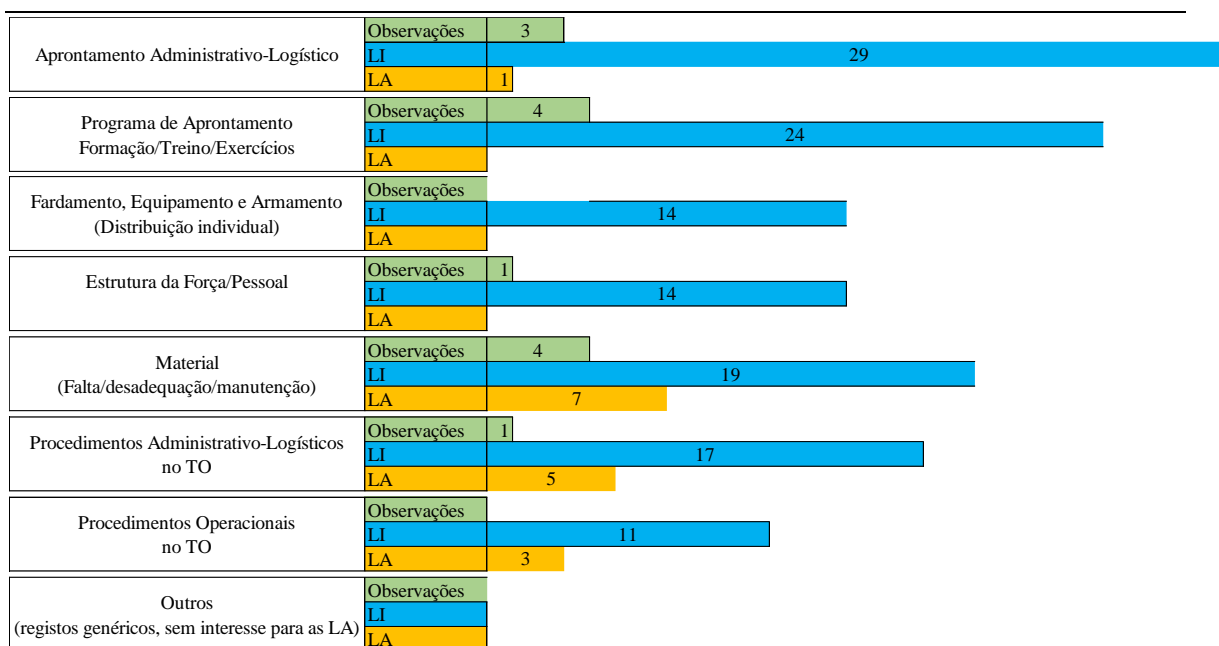


Figura 7 - Análise das OLBP da FND/Afeganistão

Verifica-se que no caso deste TO já são identificadas lições relativas à constituição da força, ao seu aprontamento e ao seu emprego operacional no TO, contudo a maior parte dos registos diz respeito à fase do aprontamento.

A publicação de Retorno de Experiências (EME, 2017) foi elaborada tendo como base os RFM, OLBP, entrevistas e outras fontes, providenciando um “repositório de conhecimento e experiências”, bastante prático. Contudo só foi publicado três anos depois da saída do Afeganistão (no âmbito da ISAF) e embora tenha sido útil às forças que regressaram a este TO (para a RSM) depois de 2018, a sua utilidade é mais reduzida do que seria se, entre 2002 e 2014, as OLBP fossem sendo trabalhadas e compiladas num documento deste género (que ia sendo atualizado).

4.3. A participação portuguesa na República Centro-Africana

Na sequência dos atentados em Paris em 13Nov15, a França solicitou a assistência dos Estados Membros da União Europeia (ao abrigo do n.º 7 do artigo 42.º do Tratado da União Europeia), com vista a redirecionar as suas forças militares para ações de combate ao terrorismo global, solicitando participação de Portugal com meios militares na MINUSCA (Portaria n.º 29, 2017).

Portugal respondeu a esse pedido e decidiu “empenhar uma unidade terrestre de infantaria, de escalão companhia [...] como Força de Reação Rápida” no âmbito da MINUSCA (Portaria n.º 29, 2017; Ribeiro, 2021, p. 3).

Portugal já empenhou dez QRF na MINUSCA, que cumprem seis meses de missão no TO (Ribeiro, 2021, p. 17). As forças são constituídas maioritariamente por tropas comandos



ou paraquedistas, complementadas com elementos de apoio de combate e de serviços do Exército e com uma TACP da Força Aérea, conforme organograma apresentado na Figura 8.

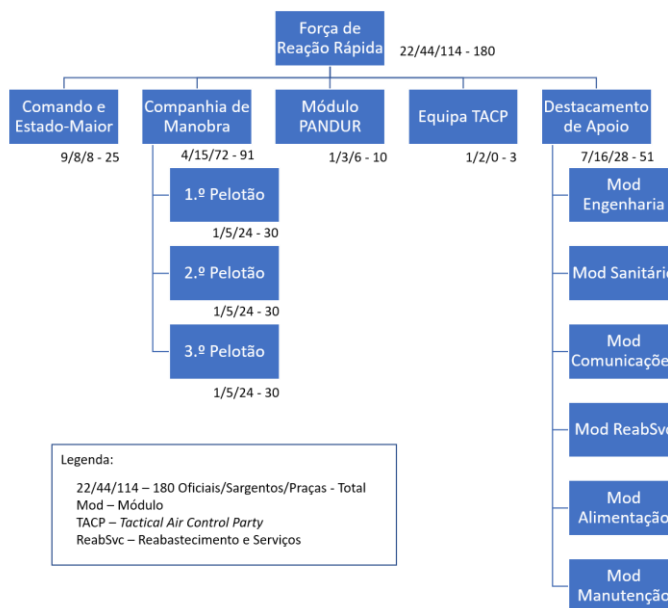


Figura 8 - Organograma da FND

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2021).

Apesar de ser uma unidade de escalão companhia é comandada por um Tenente-Coronel, o que garante experiência acumulada em funções operacionais e um relacionamento mais influente com o comando da MINUSCA (Ribeiro, 2021, p. 19).

4.3.1. Observações, Lições e Boas Práticas

Em termos de OLBP, na BD encontram-se 147 registos, dos quais 71 Observações, 73 LI e três LA, conforme Gráfico 3.

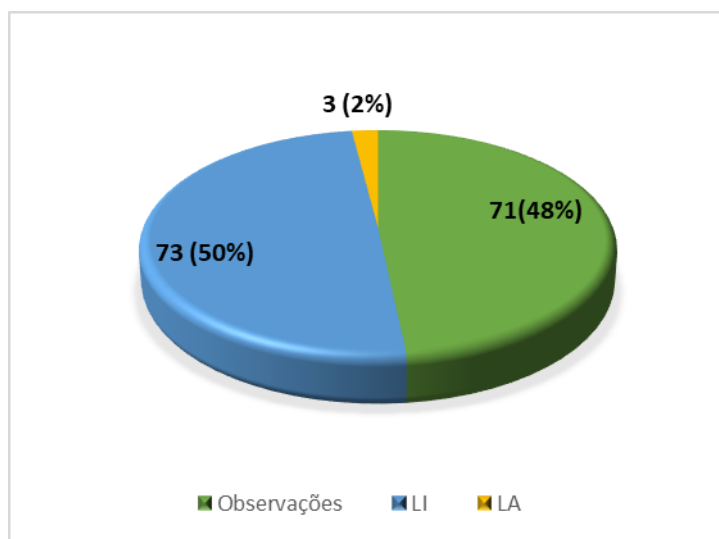


Gráfico 3 - Registos da FND/RCA

Desdobrando por categorização segundo os vetores de capacidades, obtêm-se 258



ocorrências, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – OLBP do TO da RCA

	Registos	Observações	LI	LA
		147	71	73
Categorização por vetores de capacidade				
Doutrina	27	19	8	0
Organização	29	9	18	2
Treino	47	22	24	1
Material	73	32	40	1
Pessoal	23	16	7	0
Infraestruturas	9	1	7	1
Interoperabilidade	19	13	5	1
Liderança	31	15	16	0
	258	127	125	6

Da análise dos registos, conforme Gráfico 3 e Figura 9, verifica-se que o número de LA é bastante reduzido (três), o número de LI e Observações é similar. No entanto o número de registos relativos ao emprego no TO é já superior ao do Afeganistão, apesar de ser o TO com um menor número de missões. Em termos de material verifica-se um elevado número de registos, que deriva das dificuldades de manutenção que contribuem com quase metade dos registos.

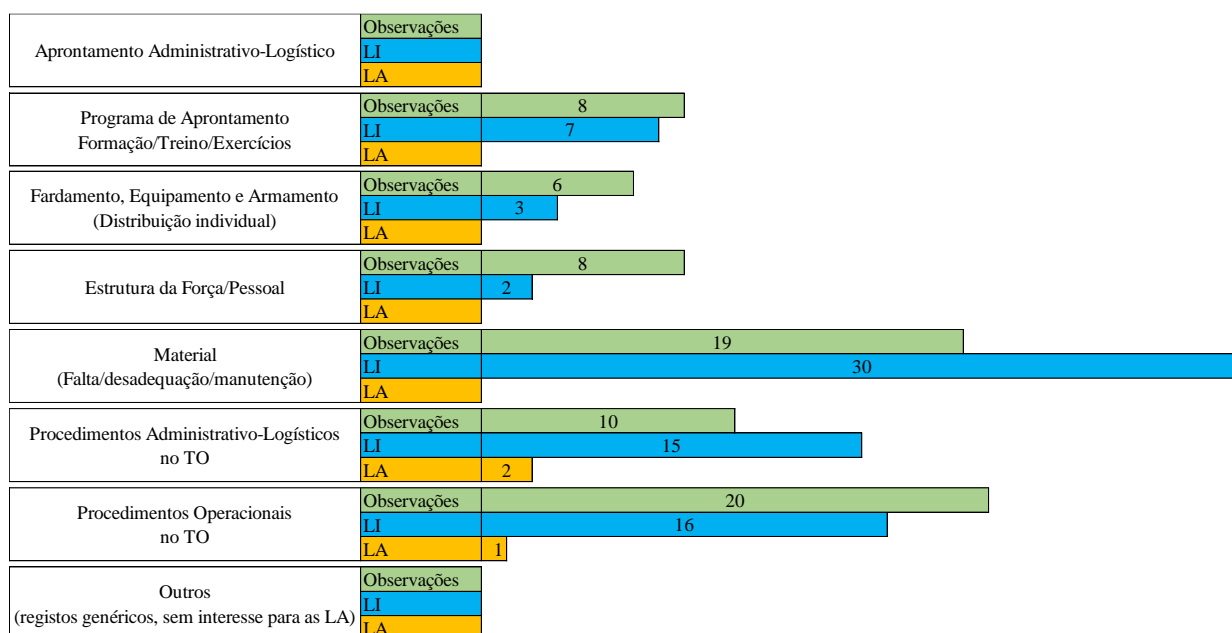


Figura 9 – Análise das OLBP da FND/RCA

Da análise dos RFM, verifica-se que apesar de serem bastante detalhados, reportando com rigor e precisão os problemas e as boas práticas no que se refere à sua vivência no TO, não existe uma uniformização na aplicação doutrinária no que se refere às LA, havendo uma grande discrepância entre forças no que diz respeito a observações e LI, variando entre zero



e mais de 60 registos. Também no conteúdo se verifica uma grande disparidade, havendo forças que se preocupam com o emprego doutrinário e operacional ao nível tático, com outros que dão maior destaque aos problemas logísticos (material, manutenção e fardamento/equipamento).

4.3.2. Recomendações já implementadas na RCA

A evolução da missão da força e seu maior empenhamento como “elemento de primeira resposta a situações de elevada perigosidade, decorrente das ações violentas dos GA”, levou Portugal a reforçar, em 2018, a força com meios humanos, viaturas táticas blindadas e meios de informações (Ribeiro, 2021, pp. 17-18):

- Projeção de um módulo PANDUR, garantindo uma capacidade de transporte adicional e de evacuação em viaturas blindadas, assim como de poder de fogo e proteção através do emprego de viaturas PANDUR II 8x8, em complemento das viaturas táticas ligeiras blindadas HMMWV⁶.
- Aumento do efetivo da secção de informações, garantindo um aumento da capacidade da força no âmbito da pesquisa, análise e produção de informações.
- Projeção de sistemas adicionais RAVEN⁷, promovendo o reforço da capacidade de reconhecimento, vigilância e informações.

4.4. Síntese Conclusiva

O Exército implementou as LA em 2012, mas só a partir de 2016 com a Diretiva n.º 186/CEME/16 de 15Dec é que se começou a consolidar, já com o processo, estrutura e ferramentas devidamente uniformizados, passando os RFM das FND a serem do conhecimento da Repartição de Lições Aprendidas da Divisão de Doutrina e Lições Aprendidas do EME - o que se nota nos registos inseridos na BD.

O processo de LA tem permitido recolher OLBP, contudo da sua análise verificou-se: o maior número de registos (89) diz respeito a aspetos relativos ao aprontamento (desde a falta de material similar ao existente no TO, passando pela dificuldade de incluir as ações de formação no plano de formação anual, à dificuldade de iniciar o aprontamento com todos os militares presentes, etc.); seguem-se aspetos do material (81) (falta ou desadequação ao TO e problemas de manutenção); em terceiro lugar aparecem os procedimentos operacionais nos TO⁸ (51), mas mais relacionados com a forma como a força via a sua organização e

⁶ Substituídas, em 2020, pelas viaturas URO VAMTAC.

⁷ Aeronaves não tripuladas.

⁸ Em quarto lugar aparecem os procedimentos administrativos nos TO (50), seguindo-se aspetos relacionados com o fardamento/equipamento/armamento (28), a organização da força/pessoal (27), havendo ainda observações (20) que são meras constatações.



garantia a sua articulação, projeção e segurança. Na análise dos registos ressalta que são raras as observações/LI referentes ao emprego tático/operacional das forças e que poderiam consubstanciar-se na melhoria das publicações de doutrina militar, sendo o caso do controlo de tumultos uma exceção.

Em alguns dos RFM das forças existem indícios de ter havido “LI” de cariz tático/operacional. Por exemplo, na RCA há relato de diversas operações em que houve contacto, incluindo pelo fogo, com grupos armados - sendo notado que a força já tinha treinado procedimentos para fazer face ao processo de aprendizagem desses grupos no que diz respeito a cenários de ataque complexo, em ambiente urbano, noturno, com o apoio de população civil. Considera-se que esta é uma lacuna que importa colmatar, uma vez que seria importante traduzir em OLBP aquele que parece ser o conhecimento informal e que vai passando entre contingentes, nomeadamente quando as forças estão empenhadas nesta tipologia de operações.

A publicação pelo EME dos Retornos de Experiências traduz-se numa excelente ferramenta, reportando-se cada uma delas a mais de uma dezena de anos de experiência, mas têm sido praticamente extemporâneas, uma vez que só foram publicadas após o encerramento dos TO.

As OLBP registadas abarcam a totalidade dos vetores de capacidades, têm sido trabalhadas pelo Exército e algumas têm sido convertidas em LA. A baixa taxa de LA (6%) quando comparada com as Observações (34%) e LI (60%), indicia que o Exército ainda tem um caminho a percorrer para consolidar as LA. Note-se que algumas das observações e LI já não carecem de ações corretivas, seja porque pela ação do tempo se tornaram obsoletas, seja pela mudança das condições dos TO, das alterações do material ou mesmo na organização das forças (por exemplo o Exército já substituiu a pistola Walther, mencionada em vários registos, pela Glock – uma arma mais moderna e adequada aos TO).

Considerando o OE2 e a QD2 verificou-se que as OLBP registadas na BD referentes aos três TO, são de uma forma resumida as seguintes:

- O aprontamento deverá iniciar-se com todo o efetivo presente, ter disponível um conjunto de equipamentos/materiais semelhantes aos existentes em TO e em quantidade para permitir o treino da força;
- A organização da força e o seu efetivo deverá ser adequado ao TO e evoluir de acordo com as alterações do ambiente operacional;



- Quando empregue no âmbito da ONU, Portugal deve negociar a inclusão de um Oficial Superior na estrutura da força (escalão superior) ligado diretamente à área das operações;
- As viaturas táticas de combate deverão ser blindadas (incluindo as ambulâncias), adequadas ao TO e garantir a proteção da força; as viaturas de transporte deverão, no mínimo, ter a cabine blindada;
- É necessário garantir uma boa capacidade de comunicações aos mais baixos escalões (nomeadamente quando a força apeia uma parte do seu efetivo) bem como a ligação entre os vários escalões de comando, incluindo com o território nacional.



5. A participação de outras forças nos conflitos selecionados

5.1. A experiência da NATO no Kosovo

No Kosovo as forças jugoslavas dispersaram as suas unidades de carros de combate e de defesa aérea (equipadas com material soviético) para evitarem ser destruídas pelo poder aéreo da NATO e, atrás desse escudo, conduziram uma campanha de limpeza étnica em que os refugiados kosovares foram utilizados como reféns (Palmer, 2008, p. 246).

Neste ambiente de guerra sem restrições, em que os combatentes inimigos operavam entre e muitas vezes contra os civis, com pouca consideração pelas leis da guerra, as regras de empenhamento tornaram-se a orientação indispensável, apesar de poucas vezes confiáveis para ajudar a assegurar que a legitimidade política e legal – e a claridade moral – eram sempre preservadas (Palmer, 2008, p. 246).

Além de enfrentar um ambiente operacional complexo em que as tensões étnicas eram elevadas e em que kosovares albaneses, em retaliação, atacavam os sérvios e outras minorias, a KFOR teve de lidar com problemas internos, que de acordo com Nardulli *et al.* (2002, pp. 105-106) se transformaram em desafios que foi necessário superar e dos quais se destaca:

- Dificuldade dos países manterem os seus efetivos nos níveis exigidos;
- Pouca coordenação entre as cinco brigadas multinacionais (MNB). Apesar de o comandante da KFOR ter o Controlo Operacional, cada força nacional tinha a sua agenda própria, como é exemplo o fato de coexistirem seis planos de operações de informação (um da KFOR e um para cada uma das cinco MNB), resultando em operações de informação fragmentadas e menos efetivas do que um comando unificado garantiria;
- A KFOR e a *United Nations Mission in Kosovo* (UNMIK) concentraram-se na manutenção da lei e da ordem, mas embora a UNMIK fosse a única autoridade política legítima no Kosovo, ex-membros do UÇK ou elementos criminosos armados tinham o poder real em grande parte do território;
- A UNMIK e a KFOR, no início, não estavam configuradas ou dotadas de pessoal suficiente, organizado, treinado e equipado para assegurar a manutenção da lei e da ordem.

5.2. A Experiência da NATO no Afeganistão

A ISAF foi implementada ao abrigo da Resolução 1386 de 20Dec01 do CSNU, para auxiliar o Autoridade Transitória Afegã (ATA) na manutenção da segurança na região de Cabul. Em 2003, o CSNU, através da Resolução 1510 de 13Out03, autoriza a expansão do mandato da ISAF a todo o Afeganistão, em apoio da ATA e seus sucessores, na manutenção



da segurança e garantindo assistência à segurança na execução de outras tarefas em apoio ao *Bonn Agreement*.

Em Ago03 a NATO assume a liderança da ISAF. Na sua primeira missão *out-of-area*, a NATO procurou demonstrar o seu grau de adaptação aos novos requisitos de segurança do século XXI, sendo um teste à sua transformação no contexto pós-Guerra Fria e de conflitualidade progressivamente assimétrica, num TO de importância vital para o combate ao terrorismo internacional, ao narcotráfico e ao extremismo islâmico (Pinto, 2009, p. 215).

Para lidar com este conjunto de desafios, a assistência à segurança tinha de ser incluída numa rede mais vasta das atividades da reforma do setor da segurança: desarmamento, desmobilização e reintegração de antigos membros das milícias; o treino e o *mentoring* do exército nacional afegão e da polícia; a disrupção do tráfico de droga; e a reforma do sistema judicial e o estabelecimento do estado de direito (Palmer, 2008, p. 247).

5.2.1. Algumas Lições Aprendidas na ISAF

A ISAF recolheu muitas LA, apresentando-se apenas as oito que Beljan (2013) considera serem aplicáveis em futuras operações:

- Estabelecer e manter a legitimidade da missão – entendida como uma prioridade para os líderes (em todos os níveis);
- Proteção de civis – quanto mais a população civil se sentir protegida, maior credibilidade tem a missão, o que reforça a sua legitimidade;
- Informações - os comandantes devem ter um conhecimento abrangente do ambiente operacional e adotar uma postura flexível;
- Abordagem abrangente (*comprehensive approach*) - a abordagem abrangente é um requisito básico para uma operação eficaz de contrainsurreição, sendo exemplo as Equipes de Reconstrução Provincial que permitiram a sincronização dos esforços civis e militares nas várias províncias e distritos;
- Consciencialização cultural (*cultural awareness*) – um adequado entendimento da cultura permite desenvolver a consciência situacional e servir para minimizar as baixas civis;
- Operações de influência - podem ser um gigantesco multiplicador de força e ter um grande impacto em todos os aspetos das operações militares;
- Uso da força – utilização da força na medida certa, evitando danos colaterais, principalmente baixas civis;



- Utilização de equipas com elementos femininos – utilizar elementos femininos para alcançar as mulheres afegãs e lidar com elas de forma culturalmente aceitável, resultando numa maior consciência cultural e situacional.

As LA apontam para a mudança constante nos conflitos contemporâneos pelo que as forças militares devem, constantemente, aprender e adaptar-se (Beljan, 2013).

5.2.2. Algumas Lições Aprendidas pelo contingente francês

Perrin (2010, pp. 44-46), relatando a experiência de um batalhão francês no Afeganistão, enumera algumas LA das quais se destaca:

- Importância do planeamento, incluindo os meios próprios e os meios do escalão superior que podem apoiar (apoio de fogos, apoio aéreo, meios aéreos não tripulados [UAV], etc.);
- Retorno ao básico: importância das informações e da análise de risco; impor o princípio da necessidade de conhecer; planejar qualquer movimento como uma operação; treinar os procedimentos antes da operação; controlar os pontos importantes, que permitem o controlo do terreno adjacente; não efetuar qualquer movimento sem apoio de fogos e sem apoio de serviços (os tradicionais trens de campanha); aplicação dos princípios da guerra em operações;
- Necessidade de aprender a utilizar os novos meios disponíveis (orgânicos ou de outras forças em apoio), como por exemplo UAV, meios de guerra eletrónica, etc.;
- Necessidade de coordenação 3D, referindo-se à partilha da rede entre o apoio de fogos indireto, os UAV e o apoio aéreo;
- População é o centro de gravidade, sendo necessário ganhar a sua confiança.

Na mesma publicação, e reportando-se à sua experiência de comando, Aragonés (2010, pp. 47-50) apresenta quatro LA:

- Efetuar um aprontamento de seis meses, adequado ao risco elevado da operação;
- Efetuar um planeamento rigoroso, incluindo os meios do escalão superior, para estarem disponíveis quando necessário;
- Em combate, o comando e controlo é essencial a todos os níveis, devendo todos os comandantes conhecer e entender o ambiente operacional e o inimigo;
- Não ser inovador a qualquer custo, mas antes implementar os princípios da guerra, nomeadamente: unidade de comando; informações; apoio de combate e apoio de serviços.



5.3. A experiência francesa na República Centro-Africana

Em 05Dec13 a França iniciou a *Operation Sangaris* na RCA com um efetivo de 1.600 militares organizados em dois *Battlegroups* (unidades de escalão batalhão, de armas combinadas) e uma unidade de apoio logístico (Hémez, 2016. pp. 72-73; Malgras *et al.*, 2015, p. 533). A operação terminou em 2016.

A Operação foi conduzida em ações sucessivas: a primeira fase, concentrada em Bangui (Dec13-Jan14), para obter vantagem sobre o inimigo e implementar medidas de construção da confiança; a segunda fase (Jan-Mar14), com foco no Oeste, para assegurar a rota principal de abastecimento Bangui-Bouar; a terceira fase (a partir de Mar14), com operações na zona Oeste, para restabelecer a autoridade do governo e manter o território unificado (Hémez, 2016, pp.74-75).

Com base na experiência do Afeganistão e da Operação *Serval* no Mali, a força adaptou-se facilmente aos desafios táticos, adotando a organização de equipas táticas, tipo subagrupamento com cerca de 100 elementos, podendo ser divididos em duas equipas que operavam individualmente (Hémez, 2016, p. 76).

Para se adaptarem à ameaça e ao terreno as forças eram constantemente obrigadas a rever a sua organização ao ser projetadas para áreas mais vastas, numa forma bastante diferente das normas doutrinárias. Constituindo-se o modelo de comando de modo mais complexo, também ao nível do comando e controlo se subdividiam os postos de comando em quatro escalões (um principal e três táticos, cada um destes com uma equipa de comunicações e um ou dois oficiais). Estes projetados de forma permanente durante quatro meses, o que colocava constrangimentos no trabalho de estado-maior, mas garantia a manutenção das comunicações com os escalões superiores e uma ligação adequada com as autoridades locais (Hémez, 2016, pp. 75-78).

5.3.1. Observações da *Operation Sangaris*

Apesar de não se deverem tirar conclusões alargadas da participação na *Operation Sangaris* Hémez (2016, p.79) identificou como critérios de eficácia:

- Capacidade de projetar rapidamente forças treinadas e com experiência de combate;
- Projetar meios pesados e meios com maior mobilidade;
- Conter e discriminar o uso da força, mas se necessário aplicar a força para ser credível;
- Ser capaz de operar por períodos prolongados e a grandes distâncias;



- Ser capaz de concentrar rapidamente forças, para criar uma sensação de ubiquidade;
- Dedicar recursos especializados às informações para monitorização constante da situação;
- Adaptar a estrutura das unidades e do seu comando de forma adequada às necessidades de cada tarefa/missão;
- Ter unidades capazes de operar de forma independente, até ao nível pelotão reforçado;
- Implementar uma abordagem abrangente aos mais baixos escalões;
- Reformar, treinar e equipar as forças locais desde o início da operação, mas não confiar nelas na fase de planeamento.

5.4. Síntese Conclusiva

Considerando o OE3 e a QD3, da análise das lições de outras forças nos conflitos em estudo verificou-se que a participação nas várias operações obrigou a um esforço contínuo de adaptação ao ambiente operacional e às características próprias de cada operação. Porém, existem características comuns nas várias aprendizagens e que se sintetizam no seguinte:

- Adotar uma abordagem abrangente, desde os mais baixos escalões;
- Privilegiar a função de combate Informações, para conhecer e entender o ambiente operacional e o inimigo;
- Conter e discriminar o uso da força, evitando danos colaterais;
- Organizações flexíveis e capazes de operar aos mais baixo escalões;
- Flexibilidade;

Os militares, os governos e as organizações não governamentais, devem unir esforços de uma forma sincronizada, uma vez que os militares não podem, por si só, resolver conflitos, mas podem abrir uma janela de oportunidade para que sejam utilizados outros meios (políticos, diplomáticos e económicos), encontrar a razão dos conflitos e contribuir para uma solução (Glatz 2011, p. 176).



6. Conclusões

Desde os anos noventa do século passado que Portugal participa com FND em diversas missões militares internacionais, empenhando-as como um instrumento do Estado para a segurança internacional e contribuindo para o reconhecimento externo de Portugal.

As FND são constituídas de uma forma modular para responder aos diferentes compromissos internacionais assumidos por Portugal. Com o aumento da participação de FND em vários TO sob a égide de diferentes organizações internacionais (NATO, ONU e União Europeia), o Exército foi adaptando e melhorando o sistema de aprontamento, garantindo as melhores condições para o emprego das forças.

Para planear o emprego das FND torna-se vital conhecer as características dos conflitos onde as mesmas vão ser empregues, tal reconhecido desde Sun Tzu. Vários autores afirmam que os conflitos atuais apresentam novas características, procurando perceber as causas da guerra e discutindo as mudanças observadas na sua natureza e carácter. Não havendo um consenso na designação desta nova tipologia de conflitos, nem quanto à necessidade de haver (ou não) novas designações, várias teorias e conceitos têm surgido, desde as G4G, novas guerras, revolução nos assuntos militares, guerras híbridas, etc..

Para objeto do presente estudo foi escolhido as FND e para a análise do seu empenhamento na conflitualidade contemporânea são utilizadas as características das G4G. A conceptualização das G4G surgiu no final dos anos oitenta do século passado, num artigo publicado por Lind *et al.* na *Marine Corps Gazette*, a que posteriormente Hammes (2006) vem dar mais destaque com a publicação do livro *The Sling and the Stone: on War in the 21st Century*.

Nas G4G considera-se que o estado soberano perdeu o monopólio da guerra, como tal pelo menos um dos atores é uma entidade não estatal. Nestes conflitos são utilizadas todas as redes disponíveis (políticas, económicas, sociais e militares) para convencer os decisores políticos de que o seu objetivo não é alcançável ou tem um preço demasiado elevado. Os contendores utilizam todas as técnicas disponíveis, desde ações de guerrilha a atividade de desobediência civil, conjugando com campanhas de desinformação nos OCS ou nas redes sociais, ligações económicas e atividade política, num conflito prolongado.

Em algumas das missões militares internacionais onde Portugal projetou o seu instrumento militar, com o emprego de FND, encontram-se as características das G4G tendo sido selecionados para análise os TO do Kosovo, Afeganistão e RCA.

Com este trabalho procurou-se contribuir para a melhoria do aprontamento e do emprego operacional de FND do Exército quando empenhadas em conflitos com as



características das G4G, pelo que se direcionou a investigação para responder à QC: “*Que recomendações implementar para melhorar o aprontamento e o desempenho operacional de FND em G4G?*”.

Considerando a natureza do tema em investigação, seguiu-se uma estratégia de investigação qualitativa reforçada com uma estratégia quantitativa, assente num raciocínio dedutivo e num desenho de pesquisa comparativo. Para a recolha de dados recorreu-se à análise documental de publicações, artigos de especialistas e relatórios diversos, a que se seguiu uma análise quantitativa e qualitativa à BD do Portal de LA do Exército, aos RFM e publicações de retorno de experiências, que permitiram verificar quais as características dos conflitos, bem como quais foram as OLBP em cada um dos casos em estudo.

Relativamente ao OE1 a investigação permitiu concluir que nos TO do Kosovo, Afeganistão e RCA se podem encontrar as características que os autores mencionados na revisão da literatura apontam como sendo as passíveis de encontrar nas G4G.

No que concerne ao OE2, a experiência portuguesa em FND, o sistema de relatórios implementado e o processo de LA do Exército, têm permitido recolher OLBP, consubstanciadas na BD do portal das LA, bem como na elaboração das publicações de Retorno de Experiências. Estas publicações configuram-se como uma excelente ferramenta para a melhoria do aprontamento e do emprego das FND, apesar de até ao momento terem sido elaboradas e difundidas após a conclusão das missões nesses TO. A análise quantitativa e qualitativa da BD mostra que aspetos relativos ao aprontamento das forças têm o maior número de registos, com 89, a que se seguem aspetos relativos ao material, com 81 registos, aparecendo os aspetos relativos a procedimentos operacionais no TO em terceiro lugar com 51 registos. Constatou-se a falta de observações/LI referentes ao emprego tático/operacional das forças e que poderiam consubstanciar-se na melhoria do treino operacional ou do desempenho no TO, através da atualização das publicações de doutrina militar ou da otimização da organização e/ou do equipamento das forças. Também se verificou que existem inúmeras observações (34% dos registos) que não completaram a fase de análise do processo de LA, para se converterem em LI. Ao nível das LI o número é ainda maior, representando 60% dos registos, que não completaram a fase da ação corretiva para se transformarem em LA e poderem ser disseminadas. As LA representam apenas 6% dos registos, o que se considera ser um número bastante baixo numa organização que se quer aprendente, possa efetivamente melhorar o seu desempenho com a sua experiência, conforme é referido na PDE 0-32-00.



Quanto ao OE3 e QD3, a análise da participação da NATO e da França, mostra que as dificuldades sentidas nos vários TO são similares às nacionais, mas as observações que foram analisadas apresentam poucos aspetos relacionados com o aprontamento das forças, e mais relacionados com o emprego doutrinário aos níveis estratégico, operacional e tático.

Após a análise efetuada ao longo dos capítulos anteriores, considerando o OG “*Formular recomendações para melhorar o aprontamento e o desempenho operacional de FND em G4G*” e a QC “*Que medidas implementar para melhorar o aprontamento e o desempenho operacional de FND em G4G?*” formulam-se quatro recomendações referentes ao aprontamento das forças e três recomendações referentes ao emprego operacional de FND, que se encontram sistematizadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Recomendações para o aprontamento e emprego de FND

Aprontamento	<ol style="list-style-type: none">1. Privilegiar a nomeação de unidades constituídas, orgânicas, com elevado treino operacional em todo o espectro das operações;2. Treinar os pelotões (psicológica e materialmente) para atuar de forma isolada, sem apoio externo em ambientes de grande incerteza e risco;3. Reforçar a formação no âmbito da proficiência linguística (inglês e língua local);4. Reforçar a formação no âmbito da consciencialização cultural.
Emprego Operacional	<ol style="list-style-type: none">5. Dotar as FND com meios de C2 robustos e redundantes, que permitam o emprego de forma independente de subunidades, até ao escalão pelotão), acompanhados por um módulo de comando e estado-maior, garantindo a comunicação com o escalão superior;6. Adotar uma postura de abordagem abrangente em todas as fases da operação;7. Maximizar a função de combate informações, adaptando-a ao TO em questão, dotando a força com meios ISR (reconhecimento, UAV, GE, HUMINT, etc.) e com pessoal especializado na área da análise de informações (por exemplo do <i>intel fusion</i>).

Decorrente da análise efetuada, apesar de não estarem diretamente relacionadas com o aprontamento e emprego operacional das FND, foram encontradas oportunidades de melhoria pelo que se apresentam, no Quadro 10, quatro recomendações referentes à fase de planeamento do emprego de FND e à recolha de OLBP:



Quadro 10 - Outras recomendações

Fase de planeamento do emprego de FND	<ol style="list-style-type: none">1. Em operações sob a égide de OI, que não a NATO, propor a inclusão no EM da Força Internacional de um oficial superior (no mínimo), diretamente ligado às operações;2. Em TO com elevada incerteza e risco, em que as forças possam ser projetadas para áreas distantes do apoio sanitário Role 2 ou 3, projetar com a FND a capacidade de evacuação médica por via aérea, ou influenciar a OI para que os meios que existam no TO sejam colocados em apoio da força (por exemplo em controlo tático).
Recolha de OLBP	<ol style="list-style-type: none">3. O Exército deve consolidar a capacidade de LA, concluir os processos de análise para transformar as observações em LI e estas em LA, implementando os respetivos planos de ação para a sua implementação e disseminando-as;4. O Exército deve incrementar a formação no âmbito das LA, para que efetivamente sejam recolhidas observações e LI que possam, após o processamento e análise, constituir-se em LA e melhorar o desempenho individual e coletivo.

Considerando o objeto da investigação, enquadrado pela delimitação efetuada, após a realização da análise segundo o método e modelo enunciados, e face aos resultados obtidos, considera-se atingido o OG proposto.

Esta investigação apresenta, como contributo para o conhecimento, um conjunto de recomendações para a melhoria do aprontamento e emprego operacional de FND em G4G.

A presente investigação desenvolveu-se com algumas limitações, entre as quais salientamos duas: o facto de a maior parte da documentação das FND (RFM e das operações) ter uma classificação de segurança que obrigou a um cuidado especial no seu manuseamento e transcrição; o facto de haver diferentes abordagens na recolha de OLBP, com o emprego operacional a não ser muito considerado e documentado.

Em termos de estudos futuros e sendo as LA importantes para que o Exército seja de facto uma organização aprendente, sugere-se que seja efetuado um estudo de adequação do modelo de relatórios e de registos na BD das LA, para que de uma forma célere e prática se consigam identificar as lacunas no aprontamento/emprego operacional e em tempo melhorar o aprontamento das forças.



Referências Bibliográficas

- Aragones (2010). The Engagement of a Combined Arms Task Force. *Doctrine – General Military Review*, 2009, n.º 17, March 2010, pp. 47-50. Nancy: CDEF.
- Barata, P. G. S., Piedade, J. C. L., (2014). Da Primeira Grande Guerra às guerras de quinta geração. A transformação da guerra e as novas ameaças. *Actas do II Congresso Internacional do Observare*, 2-3 julho de 2014. Lisboa: Observare. Retirado de https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3343/1/pedro_barata_joao_piedade.pdf.
- Barroso, L. F. (2012). As Novas Guerras: Entre Sun Tzu e Clausewitz. Em: J. P. Vicente, N. M. Pires, L. F. Barroso, J. M. Moreira, C. F. Afonso, L. A. Santos, J. J. Veloso, *Boletim Ensino e Investigação*, n.º 13 (pp. 19-26). Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Beljan, R. (2013). Afghanistan: Lessons Learned from an ISAF perspective. *Small Wars Journal* [Página Online]. Retirado de <https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/afghanistan-lessons-learned-from-an-isaf-perspective>.
- Benrós, V. (2018). O Conflito e os desenvolvimentos do processo de paz. Em: X. Sousa, J. Magalhães, J. Ferreira, A. Cardoso, M. Pimenta (Coord.). *Testemunho de Catorze anos de Forças Nacionais Destacadas no Kosovo – Forças Lusas nos caminhos da paz (1999-2001 e 2005-2017)* (pp. 37-46). Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Bila, A. M., (2018). *Estados fracassados: os desafios da análise geopolítica da República Centro-Africana* (Dissertação de pós-graduação em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.
- Cabrita, F., Rodrigues, J. C., (2021, 13 de novembro). Kremlin usa caso português para atacar missões dos capacetes azuis. *Sol* [Página Online]. Retirado de <https://sol.sapo.pt/artigo/752770/kremlin-usa-caso-portugu-s-para-atacar-missoes-dos-capacetes-azuis>.
- Calçada, J. (2018). Dos fracos não reza a história. Em: X. Sousa, J. Magalhães, J. Ferreira, A. Cardoso, M. Pimenta (Coord.). *Testemunho de Catorze anos de Forças Nacionais Destacadas no Kosovo – Forças Lusas nos caminhos da paz (1999-2001 e 2005-2017)* (pp. 109-122). Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Canadian Security Intelligence Service (2019). Afghanistan: The precarious struggle for stability. Highlights from an Academic Outreach workshop of the Canadian Security Intelligence Service, 21Jan19. Retirado de <https://www.canada.ca/en/security-intelligence-service/corporate/publications/afghanistan-the-precarious-struggle-for-stability.html>.



- Carayannis, T., Lombard, L. (Ed.) (2015). *Making Sense of the Central African Republic*. London: Zed Books.
- Cascais, A. (2022, 10 de março). A relação da Rússia com África compensa. DW [Página *Online*]. Retirado de <https://www.dw.com/pt-002/a-rela%C3%A7%C3%A3o-da-r%C3%BAssia-com-%C3%A1frica-compensa/a-61078998>.
- Central Intelligence Agency, (2022). The World Factbook, Edition: March 3, 2022 [Página *Online*]. Retirado de <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>.
- Chouala, Y., A. (2008). Regional relations and conflict situations in Central Africa. Em Ayangafac, C. (Ed.) (2008). *Political Economy of Regionalisation in Central Africa – Monograph 155* (pp.67-78). Pretoria: Institute for Security Studies.
- Clausewitz, C. V. (1918). *On War* (J. J. Graham, Trad.). London: Kegan Paul, Trench, Trubner & CO., Ltd.
- Conselho de Chefes de Estado-maior (CCEM) (2014a). *Conceito Estratégico Militar CEM 2014*. Lisboa: Autor.
- Conselho de Chefes de Estado-maior (CCEM) (2014b). *Sistema de Forças SF 1014*. Lisboa: Autor.
- Constitute (2016). *Central African Republic's Constitution of 2016*. Retirado de https://constituteproject.org/constitution/Central_African_Republic_2016.pdf.
- Council on Foreign Relations (2022). War in Afghanistan. Global Conflict Tracker - War in Afghanistan [Página *Online*]. Retirado de <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/war-afghanistan>.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um curso. Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Dubik, J. M., (2002). Has Warfare Changed? Sorting Apples from Oranges. *Landpower Essay, n.º 02-3*, July 2002.
- Druckman, D., Diehel, P. F. (2014). Evaluating Peace Operations: Challenges and Dimensions. In Soeters, J., Shields, P. M., Rietjens, S. (Ed.). *Routledge Handbook of Research Methods in Military Studies*. Exon: Routledge.
- Estado-Maior do Exército. (2012a). *Diretiva N.º98/CEME/12- Capacidade de Lições Aprendidas*. Lisboa: Autor.
- Estado-Maior do Exército. (2012b). *PDE 0-32-00 Lições Aprendidas*. Lisboa: Autor.
- Estado-Maior do Exército. (2013). *PDE 3-68-00 Controlo de Tumultos*. Lisboa: Autor.
- Estado-Maior do Exército. (2016). *Diretiva n.º 186/CEME/16. Capacidade de Lições Aprendidas do Exército*. Lisboa: Autor.



- Estado-Maior do Exército. (2017). 12 anos de Afeganistão: o que se aprendeu. *Retorno de Experiências, n.º 3, Vol. 16*. Lisboa: Autor.
- Estado-Maior do Exército. (s.d). Kosovo – o que aprendemos: 1999 a 2001/2005 a 2017. *Retorno de Experiências*. Lisboa: Autor.
- Estado-Maior do Exército. (s.d.). Portal das Lições Aprendidas (Página *online*, na rede de dados do Exército). Retirado de <http://la-portal/bd/SitePages/Entrada.aspx>.
- Fernandes, A. H., (2021). O que é a Guerra. A falácia do conceito de Guerra Híbrida - Breve Excurso. *Nação e Defesa, n.º 160*, dezembro 2021, pp. 99-117.
- Ferreira, J. (2018). GAM no Kosovo – o culminar de 10 anos de história. Em: X. Sousa, J. Magalhães, J. Ferreira, A. Cardoso, M. Pimenta (Coord.). *Testemunho de Catorze anos de Forças Nacionais Destacadas no Kosovo – Forças Lusas nos caminhos da paz (1999-2001 e 2005-2017)* (pp. 377-390). Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Fontoura, L. (2006). *O Poder na relação externa do Estado. A equação de Cline*. Lisboa: ISCSP.
- France 24. (2022). Central African Republic releases 4 French peacekeepers after UN outcry, 24/02/2022. *France 24* [Página *Online*]. Retirado de <https://www.france24.com/en/africa/20220224-central-african-republic-releases-4-french-peacekeepers-after-un-outcry>.
- Gebremichael, M., Kifle, A. A., Kidane, A., Fitiwi, M. Belay, T., Shariff, Z. S. (2018). Central African Republic (CAR) Conflict Insight. *Conflict Analysis & Insight vol.2, August 2018*. Institute for Peace and Security Studies. Retirado de https://media.africaportal.org/documents/central_african_republic.aug.03.2018.pdf.
- Garcia, F. P. (2008). *A Participação Portuguesa nas missões militares: Iraque, Afeganistão, Líbano*. Retirado de <https://www.researchgate.net/publication/324030043>.
- Garcia, F. P. (2010). *Da Guerra e da Estratégia - A nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio.
- Glatz, R. (2011) – ISAF Lessons Learned: A German Perspective. *Prism Volume 2, n.º 2, March 2011*, pp. 168-176.
- Governo da República Islâmica do Islão (s.d.). *Afghanistan National Development Strategy*. Retirado de <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/AFA4970B33A0505E49257107000811C6-unama-afg-30jan2.pdf>.
- Hammes, T. X., (2005). War evolves into the fourth generation. *Contemporary Security Policy, 26(2)*, pp. 189-221. Retirado de <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13523260500190500>.



-
- Hammes, T. X. (2006). *The Sling and The Stone: On war in the 21st century*. Minneapolis: Zenith Press.
- Hémez, R. (2016). Operation Sangaris – A case study in limited military intervention. *Military Review*, November-December 2016, pp. 72-80.
- Hoffman, F. G., (2007). *4GW as a Model of Future Conflict*. Boyd 2007 Conference. Retirado de <https://indianstrategicknowledgeonline.com/web/4GW%20AS%20A%20MODEL%20OF%20FUTURE%20CONFLICT.pdf>.
- Hoffman, F. G., (2009). Hybrid warfare and challenge. *JFQ, National Defence University Press*, issue 52, 1st quarter, p. 34-48.
- Horowitz, J. (2021, 19 of august). The Taliban are sitting on \$1 trillion worth of minerals the world desperately needs. CNN Business [Página Online]. Retirado de <https://edition.cnn.com/2021/08/18/business/afghanistan-lithium-rare-earths-mining/index.html>.
- Humans Rights Watch (2001, 01 of June). Kosovo Conflict: Milosevic and the Chain of Command in Military Forces [Página online]. Retirado de <https://www.hrw.org/news/2001/06/01/kosovo-conflict-milosevic-and-chain-command-military-forces>.
- Independent International Commission on Kosovo (2000). *Kosovo Report*. Oxford: Oxford University Press.
- Institute for Peace and Security Services (2018). *Central African Republic (CAR) Conflict Insight*. Addis Ababa: Autor.
- International Peace Information Service (2018). *Central African Republic: A Conflict Mapping*. Antuérpia: Autor.
- Jensen, B., (2021, 15 de agosto). *How the Taliban did it: Inside the “Operational Art” of its military victory* [Publicação em Blogue]. Retirado de <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/how-the-taliban-did-it-inside-the-operational-art-of-its-military-victory/>.
- Jones, S. G., (2020). Afghanistan’s Future Emirate ? The Taliban and the Struggle for Afghanistan. *CTC Sentinel*, novembro/dezembro 2020, 14 (1), pp. 01-10. Retirado de <https://ctc.westpoint.edu/wp-content/uploads/2020/11/CTC-SENTINEL-112020.pdf.edu>.
- Kaldor, M. (2012). *New & Old Wars: Organised violence in a global era*. 3rd Edition. Cambridge: Polity Press.



-
- Kaldor, M. (2013). In Defence of New Wars. *Stability: International Journal of Security and Development*, 2(1), p. Art. 4. doi: <http://doi.org/10.5334/sta.at>.
- Lederer, E. M. (2022, 23 of February). US and France attack actions of Russian mercenaries in CAR, 23/02/2022. *Associated Press* [Página Online]. Retirado de <https://apnews.com/article/business-africa-religion-russia-united-nations-9e349fbffef2baa5d4a405260a8a6d68>.
- Lei Orgânica n.º 2/2021, de 09Ago (2021). *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas*. Diário da República n.º 153/2021, Série I de 2021-08-09, páginas 2 – 17. Lisboa: Assembleia da República.
- Lind, W. S. (2004). Understanding Fourth Generation Warfare. *Military Review*, September-October 2004, pp. 12-16.
- Lind, W. S., Nightengale, K., Schmit, J. F., Sutton, J. W., & Wilson, G. I. (October de 1989). The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. *Marine Corps Gazette*, 73(10), pp. 22-26.
- Lind, W. S., Thiele, G. A. (2015). *4th Generation Warfare Handbook*. Kouvola: Castalia House.
- Losh, J. (2021, 24 of Septembre). Guerre en République Centrafricaine : zones interdites et ingérence russe. *BBC News Afrique* [Página Online]. Retirado de <https://www.bbc.com/afrique/region-58664569>.
- Loureiro, J. C., (2010). O Exército Português e as Operações de Paz. Em: A. Moreira (Dir.). *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional* (pp 165-192). Lisboa: Prefácio.
- Malgras, B., Barbier, O., Pasquier, P., Petir, L., Polycarpe, A., Rigal, S., Pons, F. (2015). Initial Deployment of the 14th Parachutist Forward Surgical Team at the Beginning of the Operation Sangaris in Central African Republic. *Military Medicine*, 180, may 2015, pp. 533-538.
- Monteiro, L. N. (2017). Guerras de 4ª geração. *Revista Militar N.º 2591*, pp. 1001-1014.
- Magalhães, J. M. M. (2019). *Fase de Ação Corretiva do Processo de Lições Aprendidas em uso pelo Exército Português. Contributos para a melhoria* (Trabalho de Investigação Individual do CEMC). Instituto Universitário Militar, Lisboa.
- Mattis, J., & Hoffman, F. (2005). Future Warfare: The Rise of Hybrid Wars. *Proceedings Magazine*. 132(1). Retirado de <http://milnewstbay.pbworks.com/f/MattisFourBlockWarUSNINov2005.pdf>.



- Ministère de l'Éurope et des Affaires Étrangères (s.d). France and Central African Republic- Political Relations. France Diplomacy [Página *Online*]. Retirado de https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/central-african-republic/#sommaire_1.
- Norwegian Government Security and Service Organisation (2016). A good ally: Norway in Afghanistan 2001-2014. [Página *Online*]. Retirado de <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/nou-2016-8/id2503028/>.
- MINUSCA (2022a, 21 Février). *Communiqué de Presse Bangui*. Retirado de <https://www.scribd.com/document/560554911/Comunicado-da-MINUSCA>.
- Mouta, L. M. S. R., Correia, M. J. P., Balula, J. M. S., Viana, M. P. A., Neves, P. F. V., (2019). O Teatro de Operações da República Centro-Africana – atual ambiente operacional. Em: J. M. B. Saramago, L.A. Batista, T. J. M Costa (Coord.). *A participação do Exército em Forças Nacionais Destacadas: Casos do Kosovo, Afeganistão e República Centro-Africana. Vertente Operacional e Logística*. Cadernos do IUM, nº 38, outubro de 2019. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Nardulli, B. R., Perry, W. L., Pirnie, B., Gordon, J., McGinn, J. G. (2002). *Disjointed War: Military Operations in Kosovo, 1999*. Santa Monica: RAND.
- Noormal, A. N., (2015, September). Conflict Analysis: Afghanistan Since 2001. Beyond Intractability [Página *Online*]. Retirado de <https://www.beyondintractability.org/library/conflict-analysis-afghanistan-2001>.
- North Atlantic Treaty Organization (2021a, 19 August). ISAF's mission in Afghanistan (2001-2014) [Página *Online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm.
- North Atlantic Treaty Organization (2021b, 13 September). Resolute Support Mission in Afghanistan (2015-2021) [Página *Online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_113694.htm.
- North Atlantic Treaty Organization (2022a, 06 January). NATO's role in Kosovo [Página *Online*]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_48818.htm.
- Oliveira, A. (2018). Enquadramento Histórico, Geográfico e Político. Em: X. Sousa, J. Magalhães, J. Ferreira, A. Cardoso, M. Pimenta (Coord). *Testemunho de Catorze anos de Forças Nacionais Destacadas no Kosovo – Forças Lusas nos caminhos da paz (1999-2001 e 2005-2017)* (pp. 25-35). Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.



- Olson, R. (2018, 28 of February). Ending the War in Afghanistan: A Diplomatic Perspective. Center for Strategic & International Studies [Página Online]. Retirado de <https://www.csis.org/analysis/ending-war-afghanistan-diplomatic-perspective>.
- Palmer, D. A. R. (2008). Transforming NATO for a Fourth Generation Warfare world. Em: Terrif, T., Karp, A., Karp, R. (Ed.), *Global Insurgency and the Future of Armed Conflict: Debating fourth-generation warfare* (pp.243-259). Oxon: Routledge.
- Pedro, P. (2018). O 1BIPara no Kosovo. Um autoproclamado país independente ainda não reconhecido por Portugal. Em: X. Sousa, J. Magalhães, J. Ferreira, A. Cardoso, M. Pimenta (Coord.). *Testemunho de Catorze anos de Forças Nacionais Destacadas no Kosovo – Forças Lusas nos caminhos da paz (1999-2001 e 2005-2017)* (pp. 217-226). Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Perrin, P. (2010). Not a single step without support... *Doctrine – General Military Review*, 2009, n.º 17, March 2010, pp. 44-46. Nancy: CDEF.
- Perrit Jr., H. H. (2008). *Kosovo Liberation Army: the inside story of an insurgency*. Illinois: University of Illinois.
- Pinto, M. C. (2009). Uma Avaliação da Missão da NATO no Afeganistão Maria do Céu Pinto. *Revista Nação e Defesa*, n.º 124, 4.ª série, Outono-Inverno 2009, pp. 203-216.
- Pinto, M. C. (2017). A evolução da conflitualidade: a Guerra de Quarta Geração. [Artigo de Opinião online]. Retirado de <https://www.fibrenamics.com/noticias/a-evolucao-da-conflitualidade-a-guerra-de-quarta-geracao>.
- Portaria n.º 29/2017, de 31 de janeiro de 2017. (2017). *Contributo de Portugal para a MINUSCA*. Diário da República, 2.ª série, 22, 2182. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Portaria n.º 566/99 de 28 de julho de 1999. (1999). *Missão das Forças Armadas Portuguesas na KFOR*. Diário da República, 1.ª série B, 174, 4780. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Rainho, P. (2018). Militares portugueses acusados de “crimes contra a humanidade” na República Centro Africana, 07Jun2018. *Observador* [Página Online]. Retirado de <https://observador.pt/2018/06/07/militares-portugueses-acusados-de-crimes-contra-a-humanidade-na-republica-centro-africana/>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 05 de abril. (2013). *Aprova o conceito estratégico de defesa nacional*. Diário da República, 1.ª série, 67, 1981-1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



- Resolution 1244, 10 of June 1999. (1999). *Deployment in Kosovo of international civil and security presences*. New York: United Nations Security Council.
- Resolution 1386, 20 of December 2001. (2001). *Establish the International Security Assistance Force to Afghanistan (ISAF)*. New York: United Nations Security Council.
- Resolution 1510, 13 October 2003. (2003). *Authorizes expansion of the mandate of the International Security Assistance Force*. New York: United Nations Security Council.
- Resolution 2149, 10 of April 2014. (2014). *Establish the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA)*. New York: United Nations Security Council.
- Reuters (2021, 09 of June). France suspends aid, military support for Central African Republic, 09Jun21. *Reuters* [Página Online]. Retirado de <https://www.reuters.com/world/africa/france-suspends-aid-military-support-central-african-republic-2021-06-08/>.
- Ribeiro, A. S. (2021). *A participação de Portugal na Operação de Paz na República Centro-Africana*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Rodrigues, J. (2018). Escola de quadros e de vida de excelência. Em: X. Sousa, J. Magalhães, J. Ferreira, A. Cardoso, M. Pimenta (Coord.). *Testemunho de Catorze anos de Forças Nacionais Destacadas no Kosovo – Forças Lusas nos caminhos da paz (1999-2001 e 2005-2017)* (pp. 227-238). Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Rodrigues, J., (2011). As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão. *Revista Nação e Defesa*, N.º 130 – 5.ª Série, pp.131-155.
- Santos, L A. B., & Lima, J. M. M. (Coord.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação (2.ª ed., revista e atualizada)*. Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Santos, P. (2007) – A Artilharia Portuguesa nas FND. *Revista de Artilharia*, julho a setembro de 2007, pp. 233-266.
- Saraiva, M. F. (2020). Sobre o direito e as novas guerras. Em: L. E. Saraiva, S. Fernandes. (Coords.). *Após as Novas Guerras: Repensar a violência em Relações Internacionais*. Coleção "ARES", 35 (pp. 27-47). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Schroden, J. (2021). Afghanistan's Security Forces Versus the Taliban: A Net Assessment. *CTC Sentinel*, janeiro 2021, 13 (11), pp. 20-29. Retirado de <https://ctc.westpoint.edu/wp-content/uploads/2021/01/CTC-SENTINEL-012021.pdf>.



- Silva, M. F., (2020). *O Conflito da República Centro-Africana e a Responsabilidade de Proteger: Desenvolvimentos da Operação MINUSCA* (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Sousa, F. X. F., (2010). O Exército nas Operações de Paz: Implicações. Em: Moreira, A. (Dir.). *Portugal e as Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional* (pp 397-458). Lisboa: Prefácio.
- Sousa, F. X. F., (2018). Evoluções no Exército Português, impulsionadas pelas Operações de Paz. *Revista Militar*, 2595, pp. 273-305.
- Sousa, X., Magalhães, J., Ferreira, J., Cardoso, A. & Pimenta, M. (Coord.). *Testemunho de Catorze anos de Forças Nacionais Destacadas no Kosovo – Forças Lusas nos caminhos da paz (1999-2001 e 2005-2017)*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction, (2021). *What we need to learn: lessons from twenty years of Afghanistan reconstruction*. Arlington: Autor. Retirado de <https://www.sigar.mil/pdf/lessonslearned/SIGAR-21-46-LL.pdf>.
- Sun Tzu (2002). *A Arte da Guerra* (R. Iglésias, Trad.). 4.^a Ed. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Telo, A. J. (2002). Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso. *Nação e Defesa*, n.º 103, 2.^a Série, pp. 211-249.
- Tomé, L. (2021). Corridas aos armamentos, de novo. *Janus 2020-2021 – As Relações Internacionais em contexto de pandemia*, n.º 20, março de 2021, pp.44-45.
- United Nations (2019, 15 February). *Letter dated 14 February 2019 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council*. Retirado de <https://www.peaceagreements.org/viewmasterdocument/2147>.
- US Department of State (1999, 26 March). U.S. and NATO Objectives and Interests in Kosovo [Page Online]. Retirado de https://1997-2001.state.gov/www/regions/eur/fs_990326_ksvobjectives.html.



Apêndice A — Corpo de Conceitos

Ameaça	“Qualquer acontecimento ou ação – em curso ou previsível – de variada natureza – militar, económica, ambiental, etc. – que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais, sendo que no âmbito da estratégia consideram-se principalmente as ameaças provenientes de uma vontade consciente, analisando o produto das possibilidades pelas intenções” (Couto, 1988).
Ator não-estatal	O Estado não é o único ator. Na atualidade verifica-se que surgem diversas unidades coletivas de dimensão variável, internas e externas, com ou sem base territorial, que se constituem como entidades políticas, afirmando a sua identidade, a sua autoridade e a sua autonomia de decisão no seio da sociedade internacional. Estas entidades realizam ações de natureza estratégica em virtude de os seus projetos políticos interagirem com os de outras entidades, gerando situações litigiosas (Ribeiro, 1999).
Boa Prática	“É uma técnica, processo ou metodologia que contribui para melhorar o desempenho de uma organização, que foi identificado como o melhor modo de operar numa área específica. Idealmente, uma BP deve ser adaptável, replicável e de utilização imediata” (EME, 2012b, p. 2-7).
Capacidade Militar	Conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade (DOTMLPII), entre outras (CEEM, 2014a).
Conflito	“Afrontamento em torno de valores e de reivindicações relativas a recursos, estatutos, direitos ou poder, em que cada um dos oponentes visa neutralizar, causar danos ou eliminar o adversário” (L. Coser, cit. por Couto, 1988, p. 100).
Estado (ator estatal)	Estados são “sociedades organizadas de forma soberana num território bem definido, geridas por um governo destinado a satisfazer as necessidades essenciais dos indivíduos e grupos que as compõem e que, em regra, evidenciam padrões culturais comuns, governo esse que detém o monopólio da força física” (Couto, 1988, p. 19).
Força Nacional Destacada	“FND são forças modulares, devidamente organizadas, equipadas, treinadas e enquadradas, orientadas para responder a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa, para emprego sustentado, por períodos normalmente de seis meses” (Santos, 2007, p. 236; CCEM, 2014b, p. 7).
G4G	Conceito de guerra em que a organização do inimigo é uma estrutura não-hierárquica, os combates são dispersos e a frente de batalha desaparece, a natureza das operações é não-assimétrica, os antagonistas privilegiam os media e os meios culturais/psicológicos, o alvo a atingir é a vontade política do adversário, mais do que a sua organização militar (Pinto, 2017).
Guerra	“Violência (enquanto luta enquadrada e generalizada, duelo em escala) entre conjuntos políticos (ou conjuntos politizados de fundamentação político-sacral), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um



	<p>determinado fim nos limites (de preferência exteriores) da política (ou fins políticos em grande parte, mas não na totalidade, a partir da modernidade), a qual, em qualquer dos casos, se serve desse fim, dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos” (Fernandes, 2021, p.100).</p>
Instrumentos do Poder	<p>Os instrumentos do poder são os meios coercivos utilizados, num ambiente de vontades opostas, por atores do sistema político, para condicionar — direta ou indiretamente — atores contrários a alterar as suas ações no sentido dos objetivos definidos por quem emprega esses meios (Fontoura, 2006).</p>
Lição Aprendida	<p>“É uma capacidade melhorada ou um melhor desempenho em qualquer um dos domínios do conhecimento militar, confirmada(o) pela validação quando necessária, resultante da implementação de uma ou mais Ações Corretivas decorrentes de uma LI” (EME, 2012b, p. 2-7).</p>
Lição Identificada	<p>“É uma observação para a qual se determinou uma ou várias causas que deram origem ao assunto observado, recomendou uma Ação Corretiva e um Elemento de Ação para a implementar e foi proposta à autoridade competente para a aprovar” (EME, 2012b, pp. 2-5/2-6).</p>
Observação	<p>“É um comentário baseado em qualquer coisa que foi ouvida, vista ou noticiada e que foi identificado e documentado como uma questão a ser melhorada ou poderá ser considerada uma boa prática” (EME, 2012b, p. 2-6).</p>
Sistema de Forças	<p>Conjunto de capacidades que devem existir para o cumprimento das missões das Forças Armadas, identificando os tipos e quantitativos de forças e meios, tendo em conta a sua adequada complementaridade operacional. O sistema de forças é constituído por: uma componente operacional, englobando o conjunto de forças e meios relacionados entre si numa perspetiva de emprego operacional integrado; uma componente fixa, englobando o conjunto de comandos, unidades, estabelecimentos, órgãos e serviços essenciais à organização e apoio geral das Forças Armadas e seus ramos (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Artº 5).</p>



Apêndice B — Processo de Lições Aprendidas do Exército

Neste apêndice apresenta-se um resumo do processo de LA. Para mais informação recomenda-se a consulta da PDE 00-32-00 Lições Aprendidas e a Diretiva n.º 186/CEME/16 Capacidade de Lições Aprendidas do Exército.

O processo de LA serve para reunir, processar, atuar e comunicar lições para assegurar que a aprendizagem pela experiência é convertida em melhorias reais através de um processo formal.

A base do processo de LA é a observação. A observação deve conter os dados do assunto observado, com o detalhe suficiente para permitir a sua análise posterior. Para a recolha de observações o Exército utiliza o formato Observação, Discussão, Conclusão e Recomendação (ODCR).

Após a recolha da observação a mesma deve passar por uma revisão técnica, eliminando as inadequadas, após o que deverá ser apresentada ao Comandante para que seja decidido se deve continuar o processo de LA e se deve ser inserida na BD das LA.

As observações devem ser categorizadas⁹, sendo utilizada no Exército a categorização por vetores de capacidades (DOTMLPII).

Na Figura 10 apresenta-se o fluxograma da LA que se constitui como ajuda no processo de tomada de decisão.

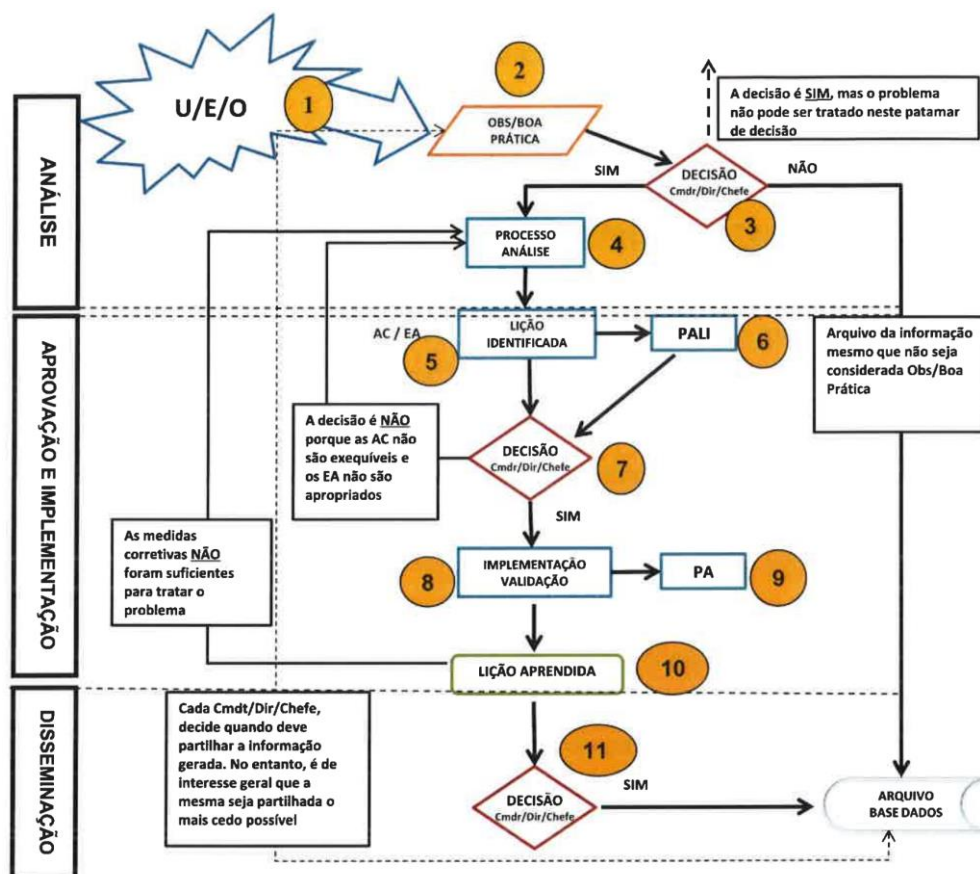


Figura 10 - Fluxograma LA

Fonte: EME (2016).

⁹ A categorização é uma técnica de análise que se aplica a dados qualitativos como as Observações, agrupando os dados de forma a começarem a emergir estruturas e padrões.



Apêndice C — As Gerações da guerra

De acordo com a conceptualização inicial de Lind et al. (1989), embora o desenvolvimento militar seja geralmente um processo evolutivo contínuo, a era moderna testemunhou três momentos em que as mudanças foram qualitativas e conseqüentemente o desenvolvimento militar moderno compreende três gerações de guerras distintas:

- A 1ª geração iniciou-se com o Tratado de Vestefália em 1648 (que estabeleceu os princípios do estado-nação e da soberania estatal). A guerra passou a ser um monopólio do estado-nação, caracterizando-se pelo confronto de exércitos com efetivos elevados, empregando táticas da era do mosquete de alma lisa, com formações em linha e coluna para maximizar os efeitos das armas de fogo. As Guerras Napoleónicas são o melhor exemplo desta geração;
- A 2ª geração aparece em resposta ao aumento do poder de fogo, passando a tática a ser baseada no fogo e movimento, em que a ‘massa’ de fogos, substitui a ‘massa’ humana. O objetivo era o atrito, e a doutrina foi resumida pelos franceses como sendo “a artilharia conquista e a infantaria ocupa”. O exemplo mais paradigmático desta geração foi a I Guerra Mundial (1914-18);
- A 3ª geração foi também a resposta ao aumento do poder de fogo, baseando-se mais na manobra do que na atrição, surgindo pela primeira vez táticas não lineares. Embora os conceitos básicos desta geração se possam encontrar na I Guerra Mundial, foi a II Guerra Mundial (1939-1945), nomeadamente a *blitzkrieg*, que revelou esta 3ª geração.

Embora já em 1989 Lind et. al. anteviessem a 4ª geração, foi o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 que trouxe um novo destaque para esta nova forma de conflitualidade, marcando o início desta geração. As guerras da 4ª geração caracterizam-se pela dispersão e indefinição do campo de batalha ou dos seus limites, em que a distinção entre guerra e paz é esbatida ou inexistente e por um regresso à conflitualidade típica da era pré-moderna, com o estado-nação a perder o monopólio da ação militar, devido ao envolvimento de atores não-estatais (grupos de guerrilha, grupos insurgentes, terroristas, grupos criminosos, etc.).



Apêndice D — Análise dos TO do Kosovo, Afeganistão e República Centro-Africana

Este apêndice detalha a análise efetuada aos TO do Kosovo, Afeganistão e RCA através da aplicação do modelo de análise apresentado no Apêndice C.

1. Conflito do Kosovo

A análise do conflito do Kosovo é feita em dois períodos complementares, mas distintos:

- O primeiro, relativo ao período 1996-1999, em que o UÇK se insurgiu contra o poder estatal – Sérvia, e se verifica a entrada da NATO no conflito através da *Operation Allied Force* e *Operation Joint Guardian*. É neste período que se analisam as características do conflito, à luz das dimensões selecionadas para o OE1.
- O segundo relativo à participação de FND portuguesas no período 1999-2001 e 2005-2017. É neste período que se analisam as OLBP, de acordo com as dimensões selecionadas para os OE2 e 3, e que será detalhada no Apêndice E.

1.1 Atores

Na fase inicial do conflito, ou seja, antes da intervenção da NATO em Mar99, os principais atores eram: a República da Sérvia (com as suas forças policiais e forças militares, bem como grupos paramilitares apoiados pelo estado); o movimento insurgente do UÇK, com o braço político através da Liga Popular para o Kosovo (LPK) no exílio na Suíça; a LDK, liderada por Ibrahim Rugova, que declarou a independência e estabeleceu, na Alemanha, um governo no exílio (Perrit, 2008, p.8). Com a intensificação do conflito e com o maior envolvimento da comunidade internacional, são identificados novos atores nomeadamente: a NATO, com destaque para a KFOR; a ONU e várias das suas agências, incluindo a UNMIK; os EUA, apoiando o UÇK e a Rússia apoiando a Sérvia.

Na Figura 11 apresenta-se a sistematização do relacionamento entre os principais atores considerados.

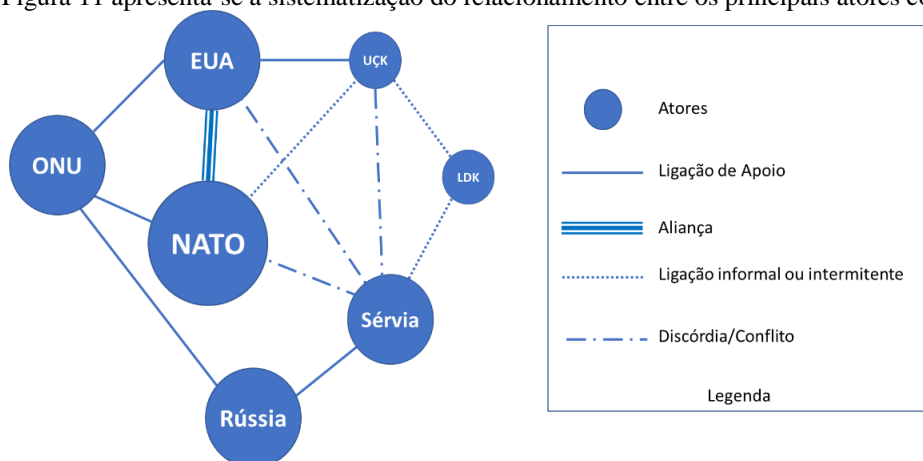


Figura 11 - Relação entre atores no conflito do Kosovo

No conflito do Kosovo identificam-se atores estatais (Sérvia, EUA, Rússia, etc.) e atores não estatais (UÇK, LDK, NATO, ONU, etc.).



1.2 Objetivos

Os objetivos de cada um dos principais atores identificados são os que se sistematizam na Tabela 1.

Tabela 1 – Objetivos dos principais atores no conflito do Kosovo

Sérvia: o regime de Milosevic tinha como objetivo estratégico manter o controlo do Kosovo e, se possível, alterar a sua composição demográfica através da expulsão dos albaneses (Perrit, 2008, pp. 47/55).

Rússia: A Rússia tinha seus próprios problemas de secessão étnica e concordava com a alegação sérvia de que Kosovo deveria ser tratado como um assunto “interno” (*Independent International Commission on Kosovo* [IICK], 2000, p. 143).

LPK e UÇK, bem como a **LDK** (através de metodologias diferentes): conseguir uma revolução nacionalista, um esforço final dos 90% dos albaneses para deslocalizar as autoridades sérvias – que os albaneses viam como opressores estrangeiros, sendo o objetivo para a maioria dos militantes kosovares albaneses tornar o Kosovo parte da “Grande Albânia” (Perrit, 2008, pp. 20-22).

ONU e subsequentemente para a **NATO:** o objetivo era resolver a grave crise humanitária no Kosovo e garantir o regresso livre e seguro de todos os refugiados e deslocados (*Resolution 1244*, 1999).

EUA e NATO: parar o morticínio no Kosovo, alcançando uma paz duradoura que impeça mais repressão e proporcione um governo autónomo democrático para o povo kosovar, contribuindo para a manutenção da paz nos Balcãs e da estabilidade na Europa (*US Department of State*, 1999).

Neste conflito podem identificar-se objetivos políticos, territoriais e nacionalistas, não havendo a intenção da derrota militar, mas sim da derrota política.

1.3 Instrumentos do Poder

Analisando o conflito considerando o instrumento **diplomático**, verificou-se que quando nos acordos de Dayton foi ignorada a questão do Kosovo, o sentimento de frustração encorajou o crescimento da rebelião armada (IICK, 2000, p. 283) por parte do UÇK, que teve dificuldades em ser reconhecido internacionalmente. Comotal não era parte nas negociações diplomáticas mas paulatinamente foi conseguindo o apoio de vários Estados, nomeadamente da Albânia, Alemanha, EUA, Inglaterra e França, utilizando o conflito armado para despertar o sentimento internacional em seu favor, mesmo que perdesse militarmente (Perrit, 2008). A Sérvia, com o apoio da Rússia, continuava a usar os canais diplomáticos para insistir nas suas prerrogativas de soberania para lidar com o terrorismo interno (Perrit, 2008, pp. 8-9; IICK, 2000, p. 62). Após o falhanço das negociações de Rambouillet em Fev/Mar de 1999, a NATO lançou a operação *Allied Force* (Oliveira, 2018, p. 32, IICK, 2000, pp. 82/86). A NATO empenhou-se decisivamente nos esforços diplomáticos para conseguir um acordo e parar a agressão Sérvia, passando a estar em jogo a sua credibilidade, pelo que com os sucessivos falhanços dos esforços diplomáticos a utilização da força para parar a grave crise humanitária passou a ser a única opção (IICK, 2000, pp. 143-158).

Em relação ao instrumento **informativo**, constatou-se que Milosevic foi um dos primeiros a utilizar de modo extensivo os *media* eletrónicos para propagar a sua mensagem nacionalista, principalmente durante os ataques aéreos da NATO, para mobilizar o nacionalismo sérvio, reprimir ONG e os OCS independentes e assim minimizar eventuais constrangimentos às suas atividades no Kosovo, polarizando a opinião internacional de que a guerra era uma cobertura para os interesses imperiais ocidentais nos Balcãs (Kaldor, 2012, pp. 140-142). Com o aumento da resistência armada do UÇK e consequente resposta em força da Sérvia contra a população civil, o pilar dos direitos humanos da lei internacional permitiu aos proponentes da intervenção internacional justificar a campanha aérea da NATO (apesar da contínua controvérsia na sua legalidade). Com um exército de ativistas para expor os fatos da repressão de Milosevic e para exercerem *lobby* nas capitais ocidentais, principalmente através dos OCS, para intervir demonstrando que o UÇK fez um uso efetivo da receptividade da imprensa internacional e das agências de notícias que estavam nos Balcãs, sabendo que eles iriam transmitir a sua mensagem para Washington, Londres e Berlim (Perrit, 2008, 136-137/147), ganhando a batalha mediática.

O instrumento **militar** no conflito era assimétrico, tendo a Sérvia, em finais de 1995 (com o fim da guerra da Bósnia) concentrado a sua ação no Kosovo, para esmagar a insurreição emergente (Perrit, 2008, p.8), empregando forças do Exército Jugoslavo (*Vojska Jugoslavije* ou VJ) e forças do Ministério da Administração Interna (*Ministarstvo Unutrasnjih Poslova*, ou MUP) (*Human Rights Watch* [HRW], 2001). Até ao início de 1998 apenas a Polícia, Polícia Especial e Polícia Secreta (do MUP) atuaram no Kosovo (apesar de lá estarem aquarteladas unidades do VJ), tendo o VJ começado a ser empenhado de forma mais sistemática a partir de Abr98 e assumindo a primazia das operações contra o UÇK no final de 1998, coordenados com o MUP e grupos paramilitares (HRW, 2001). No início da campanha aérea da NATO, o VJ tinha uma clara vantagem sobre as forças do UÇK, com 40.000 soldados, uma força-tarefa unificada policial e paramilitar, 300 carros de combate e unidades de artilharia antiaérea e terrestre disponíveis no Kosovo ou nas suas fronteiras. Enquanto que o UÇK (em meados de março de 1999) dispunha no Kosovo de 8.000 a 10.000 elementos, contando ainda com um efetivo estimado de 5.000 a 8.000 homens no norte da Albânia (IICK, 2000, pp.86-87). Após a campanha aérea e da aceitação do acordo de *Kumanovo* a KFOR entrou no Kosovo com um efetivo de cerca de 50.000 militares (Benrós, 2018, p. 40), que ao longo dos anos foi sendo reduzido, tendo atualmente em TO



cerca de 3.700 elementos (NATO, 2022a).

Na vertente do instrumento **económico**, enquanto a Sérvia tinha o aparelho do Estado para financiar os principais intervenientes (nomeadamente as forças do MUP e do VJ), do lado do UÇK os seus apoiantes tiveram de obter financiamento para a sua luta. Para isso o LDK, que constituía o governo no exílio, instituiu o “fundo de três por cento”, cujo nome reflete a obrigação moral dos albaneses em todo o mundo de contribuírem com três por cento dos seus ganhos para a causa kosovar (Perrit, 2008, p. 16; Kaldor, 2012, p. 89), constituindo-se como o principal veículo para angariar dinheiro para o UÇK, a par de muitos outros fundos e de mecanismos informais de angariação que funcionavam de forma paralela (Perrit, 2008, p. 89). Muitos contribuidores com ligações diretas aos membros do UÇK, nomeadamente aos comandantes em cada uma das zonas operacionais, faziam doações diretas (Perrit, 2008, p. 89). Esta angariação de dinheiro para o UÇK foi efetuada no Kosovo e em vários países onde a diáspora albanesa era mais significativa como a Alemanha, Suíça, EUA, Montenegro, Albânia, Sérvia (mais concretamente na região do vale do Presevo) (Perrit, 2008, p. 89-92; Kaldor, 2012, p. 89).

Temos assim a utilização de todos os instrumentos do poder disponíveis do lado do UÇK para convencer os decisores políticos (Sérvia) de que os seus objetivos eram inalcançáveis.

1.4 Tipologias/Técnicas

Para derrotar os insurgentes, Milosevic inicialmente empregou três técnicas de contrainsurreição: decapitação (eliminação dos líderes da resistência); interdição das infraestruturas (maioritariamente através da interdição da fronteira com a Albânia, fazendo raides a aldeias suspeitas de apoiar o UÇK, com operações de cerco e busca de armamento e depois expulsando as populações) e, ocasionalmente, reforma (como por exemplo os acordos celebrados em 1996, entre Milosevic e Rugova, para repor a educação na linguagem albanesa, que tinha sido proibida uns anos antes) (Perrit, 2008, p. 49). Em 1998, Milosevic substituiu as lideranças da Polícia e do Exército por elementos de uma linha mais dura (Perrit, 2008; HRW, 2001), reforçou a ênfase na limpeza étnica, com o maior esforço efetuado durante os bombardeamentos da NATO, quando os sérvios conseguiram conduzir a maioria da população albanesa kosovar para fora das suas casas e quase metade da população para fora do Kosovo (Perrit, 2008; Kaldor, 2012, p. 141), conforme ilustrado pela Figura 12.

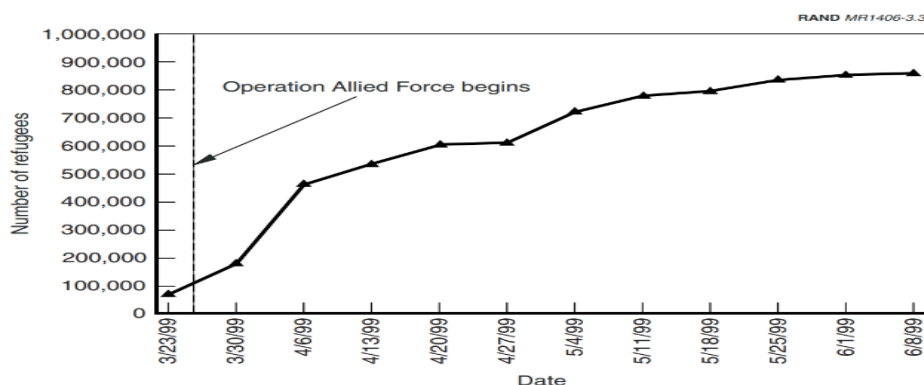


Figura 12 - Fluxo de Refugiados do Kosovo

Fonte: Nardulli *et al.* (2002, p. 50).

O UÇK, fundado em 1993, foi-se transformando paulatinamente numa organização militar, utilizando técnicas de guerrilha e guerra convencional para resistir à aniquilação por parte dos sérvios. Ao mesmo tempo procurava obter apoio local e ajuda internacional, demonstrando a sua vontade de lutar pela independência, para o que utilizou as técnicas das G4G, procurando persuadir a comunidade internacional a intervir em favor da sua luta, utilizando o conflito armado para despertar o sentimento internacional em seu favor (mesmo que perdesse militarmente) (Perrit, 2008, 11/23/67), o que foi conseguido com a intervenção da NATO.

Vemos assim a utilização táticas de guerrilha ou desobediência civil, com a utilização massiva dos OCS internacionais e a utilização de todas as redes disponíveis para alcançar o seu objetivo.

1.5 Duração

O conceito estratégico dos mentores do UÇK previa uma guerra de guerrilha com uma duração estimada de 20 anos, considerando que eventualmente conseguissem atrair a atenção internacional (Perrit, 2008, p. 55), o que veio a ocorrer num prazo mais curto que o esperado. Todavia, se consideramos que o movimento político, não violento, de Ibrahim Rugova se iniciou em 1989, por oposição à revogação da autonomia constitucional por parte de Milosevic, então o conflito vai com mais de 33 anos, uma vez que a ONU, a NATO e a União Europeia ainda se encontram no TO. Temos assim um conflito de longa duração.



americanos, assegurar a estabilidade regional e manter, ou mesmo aumentar, a influência dos Estados Unidos na região da Ásia Central”.

NATO/Coligação - Permitir que o governo afegão garantisse a segurança efetiva em todo o país e desenvolvesse novas forças de segurança para garantir que o Afeganistão nunca mais se torne um refúgio seguro para terroristas (NATO, 2021a).

Rússia - Garantir a retirada das forças americanas, conter as operações do Estado Islâmico e cultivar a influência com os Talibã para o caso de voltarem ao poder (Jones, 2020, p. 7).

Paquistão - Contrapor ao apoio da Índia ao Governo Afegão (evitando assim ser pressionado entre a Índia e o Afeganistão (Jones, 2020, pp. 6-7)

Irão - Remover a presença americana do Afeganistão, desenvolver relações com os Talibã e enfraquecer o Estado Islâmico (Jones, 2020, p. 7).

2.3 Instrumentos do Poder

Ao longo do tempo os Talibã evoluíram para um grupo capaz de operar ao longo de múltiplas linhas de esforço, integrando instrumentos do poder, militares e não militares, na prossecução dos seus objetivos políticos (Jensen, 2021).

No que concerne ao instrumento **diplomático**, verifica-se que foram desencadeadas várias iniciativas para iniciar um processo de paz – incluindo o “*Quadrilateral Coordinating Committee*”, o processo “6+1” (envolvendo Afeganistão, Paquistão, Irão, China, Rússia e EUA) e mais recentemente o “*Kabul Process*” – mas que falharam no objetivo central de estabelecer uma via de negociação, porque não incluíam os Talibã (Olson, 2018). Ao longo dos anos, os Talibã passaram a integrar a diplomacia na sua campanha, tendo negociado apoios e santuários com vários países da região (bem como com outros grupos insurgentes). O ponto alto da diplomacia Talibã foi a negociação da retirada dos EUA do país, excluindo o Governo afegão, minando politicamente o Governo e dificultando a unidade de esforço entre os parceiros da campanha de contrainsurreição (Jensen, 2021).

Quanto ao instrumento **informacional** constatou-se que os Talibã mostraram-se mais capazes na utilização das RS do que das AK-47 (Jensen, 2021), combinando na sua arte operacional as operações de informação, incluindo apelos feitos pelos Anciãos das Tribos. Ao mesmo tempo disseminam mensagens de texto e mensagens através do Twitter, com ordens descentralizadas que permitem aos comandantes locais (conhecedores do terreno e costumes locais) identificarem oportunidades para usar a iniciativa (Jensen, 2021). Jones (2020, p. 4) cita um PAO Talibã, que disse “*Wars today cannot be won without media*”, realçando que se os *media* podem derrotar o coração, então o corpo pode também ser derrotado e a batalha está ganha. Paralelamente com as novas tecnologias os Talibã fizeram uso de outras ferramentas informacionais tais como *shabnamah* (cartas noturnas), *taranas* (cânticos), poemas, *khutba* (sermões de sexta-feira), *graffiti*, material impresso, programas rádio, SMS, RS (Facebook e Twitter) e sites da web para difundir propaganda (Jones, 2020, p. 4).

No que concerne ao instrumento **militar**, é difícil determinar o número de Talibã, estimando-se o número de combatentes em cerca de 60.000 (com uma variação de 10%), a que acrescem cerca de 90.000 milícias locais e dezenas de milhares de facilitadores e apoiantes (Schroden, 2021, p. 20-21). As Forças de Segurança Nacional do Afeganistão (ANSF), tinham um efetivo autorizado de 352.000 elementos, mas em Jul20, o Ministério da Defesa (inclui o Exército, Força Aérea e Forças de Operações Especiais) tinha 185.478 elementos, o Ministério do Interior (inclui uma variedade de forças policiais) tinha 103.224, perfazendo um total de 288.702 (82% do efetivo autorizado) (Schroden, 2021, p. 21). Contudo deste número, estima que apenas cerca de 180.000 estão disponíveis para combater (96.000 do Ministério da Defesa e 83.000 do Ministério do Interior) (Schroden, 2021, p. 21). As forças internacionais tiveram uma oscilação muito grande ao longo dos anos (de 2001 a 2021), tendo atingido o valor máximo de 130.000 em 2011.

No instrumento **económico**, verificou-se que o Governo americano gastou, ao longo dos 20 anos, 145 bilhões de dólares na tentativa de reconstruir o Afeganistão, as suas forças de segurança, as instituições civis do governo, a economia e a sociedade civil, para além dos 837 bilhões que o Departamento de Defesa americano gastou no combate (*Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction*, 2021, p. vii). Não há um consenso quanto ao valor que os Talibã conseguiram arrecadar pelo que Schroden (2021, p. 21), utilizando dados das Nações Unidas, do Governo e algumas estimativas independentes, estima este valor entre 300 milhões e 1,6 bilhões de dólares, por ano, com os EUA a estimarem que 60% desse valor teria origem no tráfico de droga. Apesar destes números serem contestados por alguns autores, como por exemplo David Mansfield (2017, cit. por Schroden, 2021, p.21) é consensual que os Talibã têm obtido dinheiro do tráfico de droga (por exemplo através de taxas e pagamentos para garantir a proteção), de opiáceos, haxixe, ou mais recentemente metanfetaminas (Schroden, 2021, p. 21). Nos últimos anos, os Talibã têm encontrado outras fontes de financiamento, como a mineração ilegal (por exemplo de pedras preciosas, talco e minerais raros [de que o Afeganistão é rico, como referido pela jornalista Julia Horowitz (2021)] (Schroden, 2021, p. 21). Os Talibã também cobram impostos nas áreas que controlam (por exemplo de infraestruturas, agricultura, indústrias),



bem como geram receitas do contrabando, rapto e extorsão, bem como através de doações de privados (Schroden, 2021, p. 21).

2.2.4 Tipologias/Técnicas

Desde meados de 2000 os Talibã têm utilizado uma estratégia militar *outside-in*, a partir de santuários no Paquistão (e no Irão, embora em menor número) onde geram forças e material que depois usam para conquistar áreas rurais no Afeganistão (Schroden, 2021, p. 22-23). Com as áreas controladas, começam a gerar financiamento e recrutamento, que utilizam para conquistar as áreas adjacentes. Mais recentemente, têm utilizado as áreas controladas para projetar o poder militar para áreas ao redor das capitais de distrito e de província, com o objetivo de minar o controlo político e popular por parte do Governo (Schroden, 2021, p. 22-23) acabando por conquistar todo o território em 15Ago21 e assumir o controlo do país.

Para implementar esta estratégia os Talibã utilizaram várias táticas e técnicas, que fazem parte do treino regular dos seus elementos e que incluem: táticas de guerrilha (e.g. emboscadas, raides, ataques *hit-and-run*); táticas convencionais (e.g. assaltos em massa, ataques prolongados); táticas terroristas (e.g. viaturas armadilhadas); atividades de informações; ações de intimidação (e.g. assassinatos seletivos, raptos, cartas noturnas, ameaças de morte); guerra de informação e influência (e.g. operações de informação e de *media*, diplomacia das sombras, destruição de infraestruturas de comunicações); e atividades criminosas (e.g. tráfico de droga, contrabando, dinheiro para proteção, raptos para resgate) (Schroden, 2021, p. 22-23).

As Forças Internacionais conduziram a campanha militar no Afeganistão em cinco fases (Norwegian Government Security and Service Organisation, 2016; NATO, 2021a, 2021b):

- A primeira fase (2001-2003), através da *Operation Enduring Freedom* com foco na derrota dos Talibã e da Al-Qaeda, através de ações de luta contra o terrorismo;
- A segunda fase (2003-2006), virada para ações visando o desenvolvimento e o levantamento da capacidade militar Afegã, assumindo a NATO a liderança da ISAF;
- Na terceira fase (2006-2011), há um aumento da atividade de insurgência dos Talibã (e outros grupos), obrigando ao retomar dos combates e necessidade de reforçar os efetivos no TO;
- Na quarta fase (2010-2014), é implementada a estratégia para a saída da NATO, passando progressivamente a responsabilidade da segurança para as forças afegãs;
- A quinta fase (a partir de 2015), é a fase da melhoria do treino e capacitação das forças afegãs, que culminará com a retirada total do TO, reassumindo os Talibã o poder em Ago21.

No final de 2014 a ANSF assumiu o controlo do país (NATO, 2021a) assumindo inicialmente uma estratégia de contrainsurreição baseada em dois eixos: uma presença forte (à volta e nas áreas mais populosas) e conduzir operações de limpeza em larga escala (e.g. nível Divisão ou Corpo) para tentar retomar o controlo das áreas conquistadas pelos Talibã (Schroden, 2021, p. 22-23). Posteriormente, afastaram-se da estratégia centrada na contrainsurreição, substituindo-a por uma baseada na pressão e atrição militar, conduzindo ataques de ação direta sendo o modo de operação preferido do exército e da polícia a segurança de área ampla com mais de 10.000 postos de controlo estáticos (Schroden, 2021, p. 22-23). Com a retirada das forças internacionais o governo Afegão foi derrotado em 2021, tendo abandonado o poder.

2.5 Duração

A guerra no Afeganistão durou 20 anos e (com exceção dos Talibã) não foi atingido nenhum dos objetivos preconizados na Resolução 1386 (2001) e seguintes, uma vez que com a retirada dos americanos em 2021, os Talibã voltaram a controlar o país e reassumiram o poder.

3. TO da República Centro Africana

3.1 Atores

Na RCA identificam-se um conjunto alargado de atores englobando atores estatais (RCA, França, Rússia, EUA, Chade, Sudão, etc.) e atores não estatais (ONU, grupos armados como os ex-Séléka, anti-Balaka e pelo menos uma empresa de segurança privada – Grupo Wagner), conforme mapeamento apresentado na Figura 14.

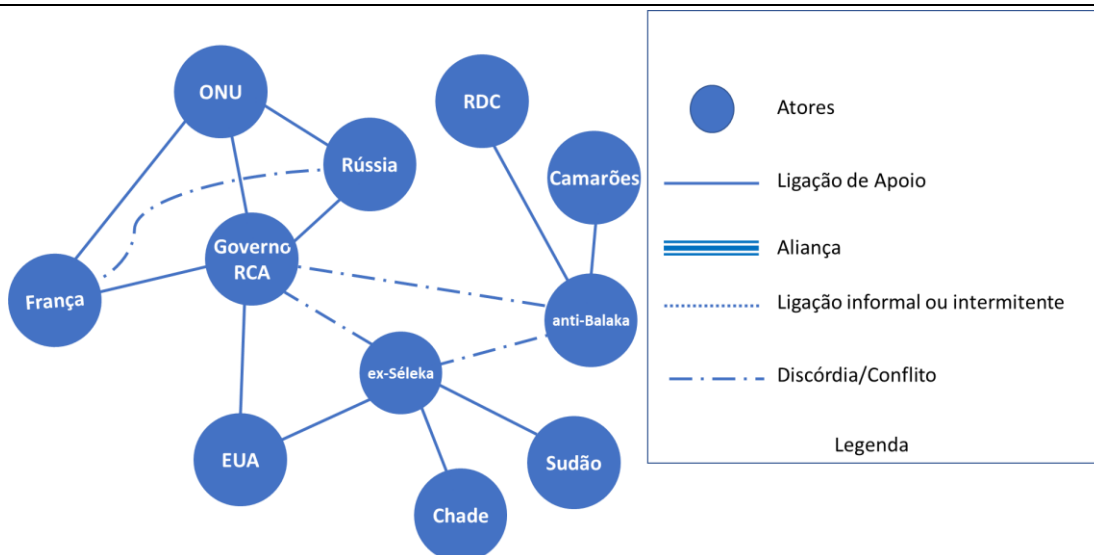


Figura 14 - Relação entre atores no conflito da RCA

Fonte: Adaptado de *Institute for Peace and Security Services* (2018).

3.2 Objetivos

Cada um dos atores supramencionados tem uma agenda e objetivos diferenciados, que se resumem na Tabela 3.

Tabela 3 - Objetivos dos principais atores na RCA

RCA – Preservar a unidade nacional, a coesão social e a paz, garantindo o progresso económico e social (Constitute, 2016, p. 3).
MINUSCA - proteção da população (em especial as mulheres e crianças); a proteção dos agentes da ajuda humanitária; facilitar a entrega de ajuda humanitária; proteção dos agentes das Nações Unidas; apoiar no processo de transição; ajudar na restituição da autoridade estatal e manutenção da integridade do território; promoção dos direitos humanos e justiça e promover o desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação (<i>Resolution 2149/2014</i> ; Silva, 2020, p. 98).
Ex-Séléka - “As ações dos Séléka parecem refletir o desejo de vingança contra os indivíduos associados aos antigos regimes e uma tentativa de obter os benefícios materiais do poder, através de roubos, do controlo sobre as regiões com mineração e o acesso as terras férteis” (Arieff, 2014, p. 5, cit. por Silva, 2020, p. 65). Motivação política (segurança) e económica (recursos) (Bila, 2018, p. 30)
Anti-Balaka - A agenda dos anti-Balaka é baseada na ideia de combate aos estrangeiros (os muçulmanos) e sentimento contra o Chade (<i>UN Panel of Experts on the Central African Republic</i> , 2014, p. 11, cit. por Silva, 2020, p. 66). Motivação política (segurança) e económica (recursos) (Bila, 2018, p. 30)
RDC e Camarões - Os “países vizinhos têm interesses particulares na RCA em concreto nas suas riquezas” (Silva, 2020, p. 70). Fornecem santuário a grupos armados (GA) (Bila, 2018, pp. 35-36).
Chade e Sudão - Os “países vizinhos têm interesses particulares na RCA em concreto nas suas riquezas” (Silva, 2020, p. 70). Apoiar líderes centro-africanos e participação na criação da coligação Séléka (Bila, 2018, p.35)
EUA - Aumentar o espaço de influência geopolítica (Bila, 2018, p. 52)
França - Manter a influência na ex-colónia
Rússia (Wagner) - Disputa por maior influência no país (Bila, 2018, p. 52)

3.3 Instrumentos do Poder

Na África Central, como em qualquer outro lugar, as relações **diplomáticas** já não são privilégio, assunto ou prerrogativa dos estados soberanos, estando os atores não estatais cada vez mais envolvidos na política regional, com uma maior influência política e financeira do que alguns dos próprios estados (Porteous, 2003, pp.307–320, cit. por Chouala, 2008, p. 72).

No portal *Peace Agreements Database* da Universidade de Edimburgo (<https://www.peaceagreements.org/>) estão registados 58 documentos relacionados com acordos de paz na RCA (desde declarações de princípios para negociações, como acordos propriamente ditos), para o período de 1997 a 2020, o que demonstra o empenhamento dos vários atores em conseguir mediar e terminar com o conflito.

Mas apesar de, periodicamente, serem estabelecidos acordos de paz, a sua vigência tem sido curta e a crise continua.



A França tem procurado manter a sua influência na sua antiga província (*Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères*, s.d.), mas atualmente a Rússia procura ganhar influência na região, procurando afastar os franceses, bem como os outros países ocidentais (Cascais, 2022).

No que ao instrumento **informacional** diz respeito, verifica-se que nas causas do conflito, apesar de muitas vezes se indicar a religião, opondo muçulmanos e cristão, o “problema é mais profundo com a questão da identidade e da etnia (Carayannis & Lombard, 2015, p. 321; *Global Centre for the Responsibility to Protect*, 2014, p. 3 cit por Silva, 2020, p. 68). Na mesma linha, Arieff (2014, p. 1, cit. por Silva, 2020, p. 68) considera que “a religião não foi a origem da crise, aparenta ser uma luta complexa para o acesso aos recursos e à identidade nacional”, servindo a religião para adquirir uma maior adesão e união dentro dos grupos armados.

Os líderes dos GA usam a ligação étnico-religiosa entre as pessoas de uma determinada tribo ou bairro para estimular as hostilidades aos grupos externos, facilitando o recrutamento (Bila, 2018, p. 28).

Também vários países utilizam os OCS e as RS para manipularem a opinião pública (local e internacional) como são exemplos recentes a notícia da prisão de quatro militares de legião estrangeira acusados (nas RS) de planearem um atentado contra o Presidente da RCA (France 24, 2022), que a França e as Nações Unidas afirmaram ser uma instrumentalização da imprensa numa tentativa de manipulação da opinião pública (MINUSCA, 2022a), e que surge poucos dias depois de os EUA e a França terem acusado a Wagner de ter executado civis e atacado militares da ONU, tendo como principais alvos as comunidades muçulmanas (Lederer, 2022).

Também em 2018, após ações militares contra os GA, os militares portugueses foram acusados de crimes contra a humanidade, com uma manifestação em Bangui e exibição de cartazes, tendo sido denunciada pela ONU como manipulação de civis e aproveitamento político (Rainho, 2018).

Em finais de 2021 a Rússia utilizou o caso da Operação Miríade para lançar mais uma campanha de propaganda contra a MINUSCA (Cabrita & Rodrigues, 2021).

Estas campanhas de desinformação são um dos motivos alegados pela França, quando em Jun21 suspendeu o financiamento e cooperação militar com a RCA (Reuters, 2021).

O instrumento **militar** está muito presente na RCA, que tem acolhido várias missões de manutenção de paz, sob a égide de várias organizações internacionais, estando a MINUSCA desde 2014 no terreno e contando com um total de 15.481 efetivos, dos quais 11.138 militares, 1.335 polícias e 2.008 outros funcionários (Ribeiro, 2021, p. 13).

As FACA encontram-se em processo de regeneração (Varino, 2018, cit. por Mouta *et al.*, 2019, p. 44) desde 2013, estando as suas estruturas incompletas e mal definidas, com dificuldades ao nível do pagamento de salários, falta de meios e de pessoal para atuar no território, sendo o seu efetivo inferior a 8.000 militares (McGrew, 2016, p. 10. cit. por Mouta *et al.*, 2019, p.).

De acordo com Mouta *et al.* (2019, p. 44) as FACA têm elementos originários do grupo armado anti-Balaka, que utilizam meios e armamento das FACA, sem consentimento do Governo, para ações próprias, pelo que é considerada uma força não-obediente ao Governo (Figueira, 2018, cit. por Mouta *et al.*, p. 44).

O *International Peace Information Service* (IPIS) (2018, p. 18) identifica 20 GA na RCA, mas o *Political Agreement for Peace and Reconciliation in the Central African Republic February 2019* foi assinado por 14 GA (*United Nations*, 2019). Destes os Séléka tinham (em 2015) um efetivo estimado de 12.000 elementos e os anti-Balaka cerca de 20.000 (Gebremichael *et al.*, p. 4).

Em 2018 o Conselho de Segurança da ONU aprovou que a Rússia apoiasse a RCA no âmbito da assistência na área da segurança para ajudar a treinar e a aconselhar as FACA bem como a transportá-las para as áreas operacionais, providenciar apoio logístico e apoiar na evacuação médica (*Central Intelligence Agency* [CIA], 2022).

A Rússia enviou uma empresa militar privada, a Wagner, e no final de 2021 havia relatos de 2300 elementos a garantir assistência às FACA, bem como a executar funções de segurança, tais como segurança a minas, segurança pessoal a membros do governo (CIA, 2022). Alguns dos elementos russos e forças da RCA que apoiam, têm sido acusadas de mortes indiscriminadas, uso excessivo da força contra civis e pilhagens (CIA, 2022).

Em termos do instrumento **económico** constata-se que o financiamento dos grupos armados é um dos fatores que mantém o conflito, tendo os grupos armados criado sistemas de governação paralelos para obterem financiamento e maior controlo sobre as regiões ricas em recursos (Silva, 2020, p. 74). A elevada taxa de criminalidade, a riqueza dos solos na RCA e o comércio ilegal são algumas das fontes de financiamento pelos grupos armados (Silva, 2020, p. 74), a que se juntam o controlo das rotas comerciais, nomeadamente as três principais: “a rota do gado, principalmente [...] a rota do comércio com o Sudão [...] e a rota “legal” presente em Bangui Garoua-Bouläi e no rio Ubangi (IPIS, 2018, p. 42, cit. por Silva, 2020, p.74).

A extorsão e a cobrança de taxas são igualmente importantes para os grupos armados através de pontos de controlo nas estradas e mais recentemente no rio Ubangi, onde os agentes humanitários, comerciantes e populações têm de pagar para passar (Silva, 2020, p. 74). Silva (2020, p. 75) refere que em 2017, dos 290 bloqueios identificados na RCA, 117 eram do governo.



Os grupos armados financiam-se ainda através do fornecimento de serviços de segurança em troca de pagamento aos comerciantes sudaneses, aos exploradores de petróleo chineses e alguns comerciantes de gado (IPIS, 2018, p. 20; *International Crisis Group*, 2015, p. 13, cit. por Silva, 2020, p. 75).

Os GA exploram as minas (ouro e diamantes) e desencadeiam atividades de saques, cobrança de impostos e extorsões para completar a sua renda e financiar a sobrevivência do grupo (Bila, 2018, p. 29). Em paralelo verificam-se conflitos entre agricultores e pastores, na busca pelas pastagens, pelos danos que o gado provoca nas plantações, roubos de gado e acesso às fontes de água (Bila, 2028, p. 29).

Os interesses económicos impulsionam grande parte da luta atual na RCA, com os GA a controlar grande parte das indústrias do país, com a procura frequente de recursos (Bila, 2018, p. 29). Os recursos minerais são motivos de disputas entre os dois principais GA (Bila, 2018, pp. 38-39).

3.4 Tipologias/Técnicas

Os Séléka usualmente combatem em grupos de cerca de 30 elementos, em torno de uma metralhadora pesada 14,5mm, manobrando quase como um exército regular, enquanto ao anti-Balaka, se comportam de uma forma mais irracional, normalmente atuando sobre influencia de drogas e álcool, na melhor das hipóteses equipadas com Kalashnikovs, preferindo utilizar técnicas de guerrilha de *hit-and-run* (Hémez, 2016, p. 76).

Desde 2021 tem crescido a ameaça de minas terrestres e dispositivos improvisados, o que sinaliza uma perigosa mudança tática na guerra de guerrilha em curso (Losh, 2021).

3.5 Duração

A RCA vive em guerra quase permanente há mais de 60 anos sendo por isso um conflito comprovadamente prolongado e de baixa intensidade, com o envolvimento de diversos grupos na disputa pelos lucros e pelo poder.

**Apêndice E — Observações, Lições e Boas Práticas**

Este apêndice detalha a análise efetuada à participação de FND nos TO do Kosovo, Afeganistão e RCA, através da aplicação do modelo de análise apresentado no Apêndice C. Os dados aqui analisados são provenientes: da consulta da Base de Dados (BD) existente no Portal das LA do Exército; das publicações “Retorno de Experiências” publicadas pelo EME; da leitura dos RFM e artigos publicados sobre esta temática.

1. Análise do registo de OLBP do Exército Português

No Portal das LA do Exército (disponível na sua página da intranet) a BD apresenta os registos que se mostram no Quadro 11.

Quadro 11 – Observações, Lições Identificadas e Lições Aprendidas

	Registos na BD	Observações	Lições Identificadas	Lições Aprendidas
Kosovo	89	34	54	1
Afeganistão	157	13	128	16
RCA	147	71	73	3
Outros	541	120	413	8
Total	934	238	668	28

Nota: “Outros” refere-se registos de outros TO, bem como das outras atividades do Exército (exercícios, vida corrente, etc).

Ao categorizar os registos da BD, por vetor de capacidade, obtemos os resultados que se espelham no Quadro 12, sendo de realçar que para um total de 934 registos, obtemos 1554 categorizações, uma vez que há registos que têm implicações em mais do que um vetor de capacidade:

Quadro 12 - Categorização por vetores de capacidades

Vetor	Registos na BD	Observações	Lições Identificadas	Lições Aprendidas
Doutrina	160	56	102	2
Organização	311	49	252	10
Treino	292	72	208	12
Material	275	77	185	13
Pessoal	132	37	90	5
Infraestruturas	36	5	30	1
Interoperabilidade	71	20	46	5
Liderança	269	28	236	5
(em branco)	8	3	4	1
Total	1554	347	1153	54

Nota: (em branco) são registos que foram efetuados na BD sem serem categorizados

Até ao último dia em que se consultou a BD (28Mar22) verificou-se que o Exército apenas “aprendeu” 28 lições, com implicações em 54 categorizações, o que representa 3% dos registos efetuados.

Analisando as 28 LA, constatou-se que os três TO em análise são responsáveis por 20 delas, representando 71,4 % em termos do número de LA ou 76,9% em termos das categorizações por vetores, conforme dados do Quadro 13.



Quadro 13 – Lições Aprendidas

	LA (total)	TO em análise			Outros
		Kosovo	Afeganistão	RCA	
	28	1	16	3	8
Categorização por vetores de capacidades					
Doutrina	2	1	1	0	0
Organização	10	1	4	2	3
Treino	12	1	5	1	5
Material	13	1	8	1	3
Pessoal	5	1	3	0	1
Infraestruturas	1	0	0	1	0
Interoperabilidade	5	0	3	1	1
Liderança	5	0	4	0	1
(em branco)	1	0	1	0	0
Total	54	5	29	6	14 (23,1%)
40 (76,9 %)					

Nota: (em branco) são registos que foram efetuados na BD sem serem categorizados

1.1 Detalhe de OLBP do Kosovo

Na BD das LA, para o TO do Kosovo há contributos de algumas das FND, bem como da equipa de missão que acompanhou o processo de retração da força em 2017, quando Portugal terminou a sua participação neste TO, diferenciando-se nos Quadros 14 e 15 as duas situações.

Quadro 14 – OLBP da FND KFOR

FND KFOR	Registos na BD	Observações	Lições Identificadas	Lições Aprendidas
	42	34	7	1
Categorização por vetores de capacidades				
Doutrina	14	13	0	1
Organização	8	4	3	1
Treino	13	9	3	1
Material	13	9	3	1
Pessoal	8	5	2	1
Infraestruturas	0	0	0	0
Interoperabilidade	1	1	0	0
Liderança	3	0	3	0
Total	60	41	14	5

**Quadro 15 – OLBP da retração do Kosovo**

Retração KFOR	Registos na BD	Observações	Lições Identificadas	Lições Aprendidas
	47	0	47	0
Categorização por vetores de capacidades				
Doutrina	33	0	33	0
Organização	8	0	8	0
Treino	0	0	0	0
Material	13	0	13	0
Pessoal	13	0	13	0
Infraestruturas	1	0	1	0
Interoperabilidade	1	0	1	0
Liderança	35	0	35	0
Total	104	0	104	0

1.2 Detalhe de OLBP do Afeganistão

Na BD das LA, para o TO do Afeganistão há contributos das Forças que integraram a ISAF e das forças que integraram a RSM, incluindo dados das várias tipologias de forças. Neste TO houve um número mais reduzido de observações (17), com um número considerável de LI (208) e com 29 LA, conforme Quadro 16.

Quadro 16 – OLBP do TO do Afeganistão

Afeganistão	Registos na BD	Observações	Lições Identificadas	Lições Aprendidas
	157	13	128	16
Categorização por vetores de capacidades				
Doutrina	20	0	19	1
Organização	37	5	28	4
Treino	48	4	39	5
Material	60	5	47	8
Pessoal	31	2	26	3
Infraestruturas	6	0	6	0
Interoperabilidade	15	0	12	3
Liderança	33	1	28	4
(em branco)	4	0	3	1
	254	17	208	29

Nota: (em branco) são registos que foram efetuados na BD sem serem categorizados

1.3 Detalhe de OLBP da República Centro-Africana

Sendo o TO mais recente, e encontrando-se ainda aberto, o TO da RCA é o que apresenta um maior número de registos, mas denota um número de observações superiores às LI e apenas três LA, conforme Quadro 17.



Quadro 17 - OLBP do TO da RCA

Afeganistão	Registos na BD	Observações	Lições Identificadas	Lições Aprendidas
	147	71	73	3
Categorização por vetores de capacidades				
Doutrina	27	19	8	0
Organização	29	9	18	2
Treino	47	22	24	1
Material	73	32	40	1
Pessoal	23	16	7	0
Infraestruturas	9	1	7	1
Interoperabilidade	19	13	5	1
Liderança	31	15	16	0
	258	127	125	6

1.4 Comparação das OLBP dos três Teatros de Operações

Analisando qualitativamente as OLBP dos três TO considerados (retirando as referentes à retração do Kosovo, uma vez que nos outros TO não houve a utilização de uma equipa dedicada às LA para uma tarefa específica), obtêm-se os dados do Quadro 18.

Quadro 18 - Análise das OLBP das FND nos três TO

		Registos	Kosovo	Afeganistão	RCA	Total
Aprontamento Administrativo-Logístico	Observações	10	7	3		41
	LI	30	1	29		
	LA	1		1		
Programa de Aprontamento Formação/Treino/Exercícios	Observações	15	3	4	8	48
	LI	33	2	24	7	
	LA	0				
Fardamento, Equipamento e Armamento (Distribuição individual)	Observações	10	4		6	28
	LI	17		14	3	
	LA	1	1			
Estrutura da Força/Pessoal	Observações	9		1	8	27
	LI	18	2	14	2	
	LA	0				
Material (Falta/desadequação/manutenção)	Observações	23		4	19	81
	LI	51	2	19	30	
	LA	7		7		
Procedimentos Administrativo-Logísticos no TO	Observações	11		1	10	50
	LI	32		17	15	
	LA	7		5	2	
Procedimentos Operacionais no TO	Observações	20			20	51
	LI	27		11	16	
	LA	4		3	1	
Outros (registos genéricos, sem interesse para as LA)	Observações	20	20			20
	LI					
	LA					

Analisando o tipo de OLBP dos três TO considerados (retirando as referentes à retração do Kosovo, uma vez que nos outros TO não houve a utilização de uma equipa dedicada às LA para uma tarefa específica), obtêm-se os dados expressos no Gráfico 4.

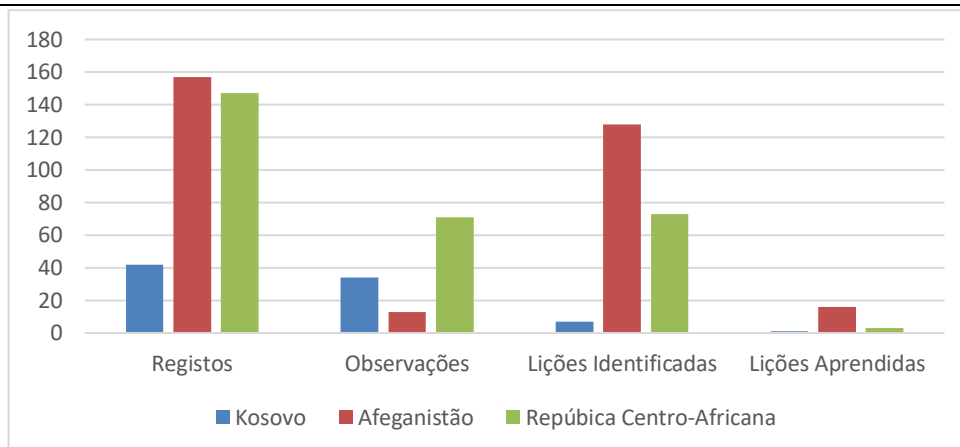


Gráfico 4 – OLBP dos três TO

Da análise do Quadro 18 e do Gráfico 4, verifica-se que o TO da RCA ainda tem muitas observações, sendo necessário efetuar a sua análise para passar da fase de análise para a fase corretiva. Também se infere da análise do gráfico que o número de LA é bastante reduzido, tendo em consideração o número de registos.

2. Análise de outras fontes documentais

2.1 Relatórios de Fim de Missão

Da análise dos RFM das FND, ressaltam algumas considerações importantes para a análise, mas devido à sua classificação de segurança (CONFIDENCIAL) e ao fato de a missão ainda se encontrar a decorrer implicam alguma reserva no seu tratamento, sendo de seguida elencados algumas OLBP:

- O aprontamento deve iniciar-se com a presença de todos os elementos, o que provoca constrangimentos no treino; os meios disponíveis para o aprontamento devem ser similares aos do TO e em quantidade que permitam o treino da força como um todo; durante o aprontamento as forças, por vezes, são empenhadas em atividades não relacionadas com a preparação das forças, o que deve ser evitado ao máximo;
- A formação de condutores e dos militares em socorrismo de combate é crítica, pelo que devem ser acauteladas vagas em número suficiente para a FND;
- Na formação devem ser reforçadas as matérias de proficiência linguística, comportamento em ambiente multinacional e multicultural;
- No início do aprontamento os créditos de munições (bem como o orçamento) devem estar disponíveis e contemplar todos os sistemas de armas;
- As forças devem ser preparadas (psicológica e materialmente) para atuar isoladas, sem apoio externo, em ambientes de grande incerteza e risco;
- A DIFE nem sempre é entregue em tempo útil, havendo faltas e alguns artigos não têm qualidade;
- A MINUSCA não utiliza procedimentos NATO, o que provoca constrangimentos no planeamento das operações; Portugal deve negociar a inclusão de um Oficial Superior na estrutura da força (escalão superior) diretamente ligado à área das operações;
- As forças devem permanentemente adequar as suas TTP de combate, para fazer face ao sistema de aprendizagem dos GA;
- As informações são de importância acrescida pelo que devem ser reforçados os meios ISR (bem como os respetivos especialistas), haver uma maior disponibilidade por parte do escalão superior ou a partir do território nacional;
- É necessária uma maior capacidade de comunicações (e/ou largura de banda) entre os vários elementos da força quando são destacados para maiores distâncias, entre a força e o seu escalão superior e o território nacional; quando a força apeia parte do seu efetivo é necessário garantir comunicações entre os vários elementos apeados e as viaturas;
- Os pelotões devem ser reorganizados, com maior capacidade de comando e controlo e capacidade de comunicações;
- Os meios disponíveis no TO devem ser adequados à característica do mesmo; as viaturas táticas de combate (incluindo ambulâncias devem ser blindadas) e, no mínimo, as viaturas de transporte devem ter a cabine blindada.



2.2 Análise de artigos publicados sobre OLBP nas FND

Sousa (2018) e Loureiro (2010) debruçaram-se sobre as lições aprendidas pelas FND, conforme sistematização que se segue, organizada segundo os vetores de capacidades:

2.2.1 Doutrina

A projeção das primeiras FND provocou uma mudança no paradigma doutrinário alterando o modelo de formação e treino para guerra convencional, enquadrado pela organização e doutrina NATO, para a condução de operações em que se promove a paz e as condições para o desenvolvimento para a estabilidade (Sousa, 2018, p. 283), atuando normalmente por consenso e consentimento, sem a presença de um inimigo. Apesar dessa mudança de paradigma, numa área doutrinária específica houve o reaproveitamento dos ensinamentos e das táticas de contrassubversão utilizadas na guerra do ultramar, de que são exemplo o cerco e busca, os postos de controlos (*check points*), etc. (Sousa, 2018, pp. 283-284).

Para as primeiras missões foram produzidas normas de execução, resultantes da tradução de documentos que se iam recolhendo nos TO junto das outras forças e das organizações em que a FND se integrava, atualizando posteriormente os Regulamentos de Campanha, ou originando novos manuais doutrinários (Sousa, 2018, pp. 283-284).

Outro aspeto salientado por Sousa (2018, p. 284) foi a necessidade de dar maior importância à recolha e tratamento das LA, existindo hoje no Exército uma estrutura dedicada à recolha e tratamento de observações, LI e obtenção de LA, que se desdobra desde o Estado-Maior do Exército até às UEB

2.2.2 Organização

A projeção das FND levaram o Exército a adaptar as organizações táticas e operacionais para melhor responder aos desafios atuais, verificando-se que o Batalhão continuava a ser o escalão fundamental, sendo o mais baixo escalão com capacidade adequada para planear, coordenar, conduzir e sustentar as operações (Sousa, 2018, p. 285). As operações que envolveram, ou envolvem, UEC não integradas em Batalhão (como por exemplo as empenhadas no Afeganistão ou as atualmente projetadas na RCA), exigiram, ou exigem, serem acompanhadas de um *National Support Element* e, quando estão envolvidas Forças de Manobra/Combate, como acontece na RCA, a necessidade de revitalização dos Pelotões impõe limitações na duração dos empenhamentos (Sousa, 2018, p. 285), para além da constituição de um estado-maior *ad hoc*, para garantir capacidade de planeamento e coordenação das operações.

Também Loureiro (2010, pp. 191-192) considera que, para além de as FND deverem ser mobilizadas a partir de unidades já constituídas, releva que a UEB é aquela que “oferece melhores e reais garantias de representar o país” pelo facto de dispor de um Estado-Maior, subunidades de manobra, subunidade de apoio de serviços e elementos de apoio de combate.

De acordo com Sousa (2018, p. 285) estas operações “alertaram-nos para a importância de integrar nas Estruturas Orgânicas das Unidades táticas: oficiais de ligação, *legal advisers*, células de informação táticas, módulos de comunicações que permitam operar sistemas que ligam a Força ao Território Nacional, etc”.

2.2.3 Treino

As FND cumprem um ciclo de preparação de cerca de seis meses, orientada para a missão que vai desempenhar, mas sem esquecer a instrução e a formação individual do combatente (Sousa, 2018, p. 286). Houve também necessidade de mandar formar oficiais e sargentos em áreas tão específicas como CIMIC, *Peace Support Operations*, *Intelligence*, *PsyOps*, passando depois a incorporar estas matérias nos cursos de formação ou de especialização (nomeadamente na Academia Militar e no IUM) (Sousa, 2018, p. 283).

Para Sousa (2018, p. 287) uma das ferramentas importantes para o treino têm sido as publicações de LA, constituindo um exemplo “em que a prática pode lucrar com a teoria difundida por aquelas publicações, e pode contribuir para um aumento dessa teoria”.

Para Loureiro (2010, p. 191) é importante efetuar o aprontamento com todos os recursos humanos e materiais disponíveis desde o primeiro dia. Os equipamentos deverão ser os adequados e semelhantes aos que vão ser empregues no TO, garantindo assim que o treino da força seja feito em condições, tão próximas quanto possível da realidade. Também considera que no treino orientado para a missão devem ser incluídos todos os procedimentos que vão ser desenvolvidos no TO, sendo necessário que o comandante da força já tenha a sua missão atribuída, conheça o mandato da força e as ROE estipulados para o TO, conduzindo a preparação com os equipamentos adequados.

Para além das atualizações doutrinárias que o Exército foi compelido a efetuar, importa, no entender de Sousa (2018, p. 284) não descurar a revitalização do treino operacional incidente nas operações convencionais, uma vez que a participação continuada das FND raramente permite o treino convencional necessário à garantia da eficácia, na missão de defesa do território nacional e na nossa participação no âmbito das organizações a que pertencemos, no quadro da defesa coletiva e cooperativa.

2.2.4 Material

A participação do Exército em operações no exterior do território nacional tem sido um fator que impulsionou a sua modernização (Sousa, 2018, p. 287), pela necessidade de se adquirir equipamentos (ou adequá-los) para cumprir as missões atribuídas. Para Loureiro (2010, p. 191), o grau de proteção da força deve



ser adequado ao tino de missão, devendo os equipamentos de proteção individual, o tipo de viaturas e a sua blindagem, devem assegurar a integridade física dos combatentes

“Hoje, fruto da evolução nos equipamentos individuais e de bivaque, o Exército, transversalmente, está razoavelmente equipado, continuando a dar-se, como é compreensível num país de recursos limitados, a prioridade a quem está nas FND” (Sousa, 2018, p. 288). Para além do material em mão, é necessário que as FND disponham de uma maior capacidade de sustentação, para fazer face a imprevistos nos voos de sustentação e/ou ao eventual incumprimento dos acordos estabelecidos localmente ou com outras forças (Loureiro, 2010, p. 191).

2.2.5 Pessoal

As OpPaz proporcionam aos militares um maior desenvolvimento, pois experienciam outras realidades, em ambientes de maior exigência e onde as culturas, muitas das vezes, provocam choques pela diferença que apresentam e pela novidade, constituindo-se como um fator de motivação e de retenção de efetivos (Sousa, 2018, p. 193).

2.2.6 Infraestruturas

As necessidades de se melhorarem as condições de treino, para uma maior eficiência da participação das FND, levaram à construção, no Exército, de áreas vocacionadas à preparação das mesmas, destacando-se as existentes no Regimento de Infantaria nº 19, no Campo Militar de Santa Margarida, na Escola das Armas e em outras áreas que materializam as condições que podem ser vividas nos TO, quer no que diz respeito aos aquartelamentos, pistas de treino para viaturas blindadas de rodas, estruturas de tiro e de treino, nomeadamente, as vocacionadas para o combate em áreas edificadas (Sousa, 2018, p. 193).

2.2.7 Interoperabilidade

Este vetor é um dos que mais tem preocupado aqueles que são nomeados para comandar FND (Sousa, 2018, p. 194).

De acordo com Sousa (2018, p. 194) para se garantir a interoperabilidade, para além de haver uma forma normalizada de comunicar, todos os militares têm de conhecer a doutrina e os procedimentos em vigor no TO.

Nos processos de aquisição de capacidades para o Exército, tem havido a preocupação de serem definidos critérios que que garantam alguma interoperabilidade com outras forças (Sousa, 2018, p. 194), nomeadamente com as forças NATO.

Nas FND, algumas das vezes, a interoperabilidade é conseguida através da troca de oficiais de ligação, que garantem a comunicação entre o Comando da Força e os escalões subordinados e/ou superiores (Sousa, 2018, pp. 194-195), bem como com unidades adjacentes (se necessário).

2.2.8 Liderança

“As FND têm tido uma importância crucial no desenvolvimento conceptual da liderança, e tem, ao longo dos tempos, alterado a forma como a mesma é exercida”, tendo passado a haver uma valorização do Soldado, o que exige não apenas um maior esforço na sua preparação, mas também uma mudança do referencial mental de liderança ao nível dos comandantes “ que no passado estava muito sustentado na presença física e na existência de uma estrutura que a exercesse, passando, agora, a estar assente na confiança no militar e na garantia de que a sua formação é mais meticulosa e mais rigorosa” (Sousa, 2018, p. 190).